

*Assembleia Municipal
25/04/14*

ATA NÚMERO QUATRO

ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE.

----- Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Sala D. Manuel I do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 2.ª sessão ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de quatro de abril do corrente ano com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 41.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----
2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo art.º 42.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----
3. Período da Ordem do Dia:-----
 - 3.1. Apreciação e votação da ata n.º 2/2014;-----
 - 3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);-----
 - 3.3. Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2013 da Câmara Municipal da Maia;-----
 - 3.4. Documentos Finais Obrigatórios de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, relativos ao ano de 2013;-----
 - 3.5. Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia – 1.ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2014 a 2017, do Orçamento Ordinário e do Mapa de Pessoal para o ano de 2014;-----
 - 3.6. Abertura de procedimento por concurso público para adjudicação da “Prestação do serviço de execução de interrupções de fornecimento de água por falta de pagamento, respetivos restabelecimentos e serviço de atendimento telefónico na Sede dos Serviços Municipalizados da Maia”, pelo período de dois (2) anos;-----



3.7. Contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Município da Maia e a “Fundação Conservatório de Música da Maia”, tendo em vista o recurso à modalidade de contratação excluída, denominado por “Contratação In House”, nos termos e para os efeitos do artigo 5.º, n.º

2 do CCP, atendendo ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Artístico e Fomento da Cultura Musical para o concelho da Maia/Revisão Orçamental ao Plano de Atividades Mais Relevantes tendo em vista a inclusão do projeto de prestação de serviços;

3.8. Alteração dos Estatutos da Associação “CD-ARICD Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação”;

3.9. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação;

3.10. Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do ano de 2013;

3.11. Documentação de Prestação de Contas relativo ao ano de 2013 da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., da Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M., da Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., da Academia das Artes da Maia – Produções Culturais, E.M., em fase de liquidação, do Conservatório de Música da Maia e do Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia;

3.12. Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. – alteração dos Estatutos.

O Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes. Informou que, sendo estas sessões públicas, e segundo as normas do Regimento da Assembleia, os cidadãos presentes e interessados em intervir no período de intervenção do público, o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, sem direito a resposta. Abriu as inscrições para o período de antes da ordem do dia, solicitando que se houvesse documentos para votação, que os mesmos dessem entrada na Mesa para a mesma se organizar. Deu nota do seguinte pedido de substituição: a Senhora Deputada Marisa do Rosário Talhas Macedo Ribeiro, da CDU, tinha solicitado a sua substituição para a presente sessão, sendo substituída pelo Senhor Deputado Alberto Luis Ferreira Neto, anteriormente identificado, e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas



Santas, Carlos Joaquim de Ascenção Vieira, fez-se representar pelo Secretário do Executivo, Manuel António Sousa Ferreira. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos 1 e 2. Verificadas as presenças constatou-se a presença de todos os Senhores Deputados convocados.

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo art.º 39.º do Regimento da Assembleia Municipal:

-----Inscreram-se os Senhores Deputados:

Manuel Caetano Almeida de Oliveira saudou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado como documento 3.

Silvestre Santos Gomes Pereira cumprimentou todos os presentes, questionando de seguida o executivo municipal sobre o Bairro do Sobreiro, uma vez que após uma visita feita por membros do BE e pela Eurodeputada, foi constatado o estado grave das habitações, pondo em causa não só a salubridade mas também a própria segurança dos habitantes, afirmando que já foi dado conhecimento desta situação no Parlamento Europeu, de modo a que fundos comunitários possam ser afetos a estas situações e, em caso de alguma tragédia, saber quem responsabilizar. Gostaria que houvesse uma comissão ou um grupo de parlamentares acompanhado de representantes da Câmara Municipal para ser feita uma visita ao bairro para verem "in loco" algumas das situações denunciadas. Relativamente à EN 14 era sua intenção colocar algumas questões, mas como já foram apresentadas à Mesa moções sobre o mesmo assunto, no momento da discussão das mesmas, o BE iria pronunciar-se. Relativamente à Maia Cidade Europeia do Desporto, congratulou a Câmara Municipal e o respetivo pelouro, realçando que não só eram importantes todas as atividades que estavam a ser desenvolvidas, mas também os compromissos assumidos no sentido de melhorar algumas das infraestruturas desportivas. Gostaria de saber como estava a situação do melhoramento dos pisos dos campos, nomeadamente o de Pedrouços, entre outros, e a pista de tartan.

Susana Filipa Jorge Pinheiro cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número 4. Colocou de seguida uma questão à Mesa, relacionada com uma afirmação tornada pública no passado dia vinte e oito do corrente mês, por um Senhor Vereador da

99

Câmara Municipal, numa rede social, e partilhada de imediato pela página on-line do Jornal Maia Hoje, sobre o colóquio realizado pela Assembleia Municipal sob o tema “25 de Abril: O Futuro da Democracia em Portugal”, passando a citar: “...um branqueamento de comportamento político inaceitável ao ter como um dos palestrantes participantes, Dr. Alberto Martins” e acrescentou mais, dizendo “é para mim absolutamente incompreensível como é que alguém que tanto prejudicou o nosso município seja convidado de honra pelo principal órgão autárquico do Município da Maia”, querendo o Partido Socialista saber qual a posição da Assembleia Municipal perante estas declarações públicas do Senhor Vereador da Câmara Municipal, tendo sob a sua alçada o pelouro da cultura, e não sendo mais coerente, mais prudente e mais digno, se, estas reservas ao existirem, fossem colocadas em sede própria e previamente. Esta reação do Partido Socialista não deveria ser encarada como uma reação partidária até porque este convite não partiu da bancada socialista mas sim da Assembleia Municipal que se via desta forma desrespeitada em praça pública pelas declarações proferidas pelo Vereador, Doutor Mário Nuno Neves, e que não deveriam nem poderiam passar impunes, até como o próprio referiu que este era o principal órgão do Município da Maia e não poderia ver-se esvaziado desta forma.

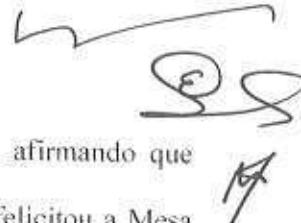
José António Andrade Ferreira cumprimentou todos os presentes, felicitando a Mesa pela qualidade do colóquio ocorrido no dia anterior, pelas escolhas de altíssimo nível de figuras prestigiantes da democracia portuguesa, tendo sido um momento alto de política. Leu de seguida o documento identificado com o número 5.

Carlos Manuel Pereira Assunção cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o n.^o 6.

Pedro Miguel Neves Ferreira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o n.^o 7.

Vítor Manuel Leal Alves cumprimentou todos os presentes, leu de seguida o documento identificado com o n.^o 8.

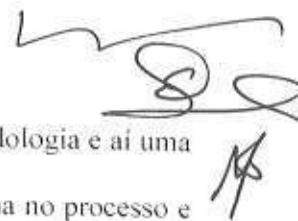
Susana Filipa Coelho Rafael cumprimentou todos os presentes, leu de seguida o documento identificado com o n.^o 9.



António Fernando Gomes de Oliveira e Silva cumprimentou todos os presentes, afirmando que fiadas que estavam as comemorações do quadragésimo aniversário do 25 de Abril, felicitou a Mesa pelo sucesso das mesmas; afirmou que, por razões de ordem autárquica, limitou a sua presença apenas ao começo do colóquio, mas sabia que ambos correram de forma digna, sendo um orgulho para a Assembleia Municipal, para a Mesa e para as Senhoras e Senhores Deputados, tendo sido enaltecida a democracia e também assim cumprido "Abril"; referiu ainda a este propósito, que a organização do colóquio e os convidados foram articulados em sede de reunião com todos os líderes parlamentares de todas as forças políticas representadas; em relação à questão colocada pela Senhora Deputada do Partido Socialista á Mesa sobre a opinião de membros da Câmara Municipal, deixou claro que as escolhas foram consensuais e que o Grupo Parlamentar da Coligação "Sempre pela Maia" apoiou a escolha do Dr. Alberto Martins pelo contributo dado à Revolução de Abril, fundamentalmente pelo facto de ter presidido à Associação Académica de Coimbra, com uma atuação que todos deviam enobrecer; afirmou ainda ser também do seu conhecimento que um Senhor Vereador da Câmara Municipal teceu comentários que foram publicados num jornal, dizendo que essa escolha não devia ter sido feita. Deixou claro que a escolha foi bem feita, e apesar de respeitar a opinião, essa mesma opinião não relevava de todo para as escolhas da Assembleia Municipal e para a forma como correu esse mesmo evento. E não tendo necessidade de "colocar paninhos quentes", afirmou concordar com a Senhora Deputada quando afirmou que o Doutor Mário Nuno Alves de Sousa Neves tinha todo direito à sua opinião, mas num dever de solidariedade institucional, devia ter-se abstido de que essa sua opinião fosse tornada pública. Lamentava não ter sido essa a atuação do Vereador mas entendia que a Assembleia Municipal em nada ficou beliscada com esse comportamento nem em nada ficou prejudicada a nobreza do Colóquio. Deixou uma nota ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal: no dia vinte e cinco de abril ouviu ser tocado o Hino da Maia – salvo melhor entendimento, se a Maia tiver um hino, teria o mesmo que ser aprovado pela Assembleia Municipal ou, pelo menos, sujeito à apreciação deste órgão autárquico e tal não aconteceu, pelo menos durante o período em que tinha vindo a exercer funções de deputado municipal; para concluir e, apesar do Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, em comemoração do quadragésimo aniversário do 25 de Abril, ter ficado



incomodado e pretender sarcidar a sua liberdade de expressão em sede de Período de Antes da Ordem do Dia, não iria respeitar a sua vontade mas concordava que quando a Mesa da Assembleia Municipal remeteu a todos os Senhores Deputados uma resposta escrita da Senhora Vereadora dos Recursos Humanos da Câmara Municipal da Maia, Dra. Marta Peneda, ser uma prática que, até ao momento, foi única, nunca tal tinha acontecido e não deveria ser repetida. A Câmara Municipal teve oportunidade de responder a todos os deputados, no plenário, e não podia nem devia fazer por carta, passado um período de tempo. Sem querer discutir questões da Academia das Artes ou dos concursos públicos aludidos, percebeu que algumas incorreções na intervenção do Senhor Deputado na sessão anterior levaram à resposta dada pela Senhora Vereadora da Câmara Municipal, mas também considerava as mesmas irrelevantes; relevante nesta matéria era o que a Assembleia Municipal aprovou em dois momentos distintos: a dissolução da Academia das Artes da Maia e, nessa altura, não ter sido tecido nenhum comentário, ressalvando ter muito gosto em “discutir” questões da Academia das Artes dentro da Ordem de Trabalhos, ou seja, no ponto 3.10 da ordem de trabalhos desta sessão; em relação aos concursos públicos, afirmou não fazer parte do timbre da Maioria condicionar concursos, e assim, deixariam que o concurso público decorresse, mas o facto de não querer condicionar, não queria dizer que não tinha uma opinião formulada sobre essa matéria, a qual gostaria de expressar: “A Assembleia Municipal autorizou a internalização de funções da Academia das Artes, autorizou igualmente que os funcionários da Academia das Artes prestassem serviços na Câmara Municipal quando os concursos públicos destinados a prover esses lugares estivessem em curso. Senhor Deputado, Ilustres Deputados não é cenário para a Coligação “Sempre pela Maia” ver excluído da esfera da função do Município os ex-funcionários da Academia das Artes e no âmbito deste concurso, vê-los substituídos por mais funcionários para a esfera do município. E portanto creio que nesta matéria, estaremos todos de acordo. Também creio que estaremos todos de acordo e espero que o Senhor Deputado Andrade Ferreira depois do esclarecimento da Dra. Marta Peneda, que também estará de acordo de que tudo foi feito, cumprindo os preceitos legais de forma a que nestes concursos as pessoas que estavam a trabalhar na empresa Academia das Artes pudessem concorrer nas melhores circunstâncias possíveis com os restantes candidatos. Creio que fui claro no nosso pensamento sobre tudo isto, não me parece

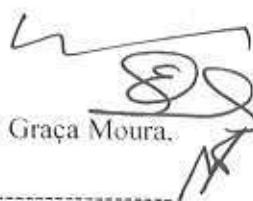


sensato que esta Assembleia Municipal discuta concursos públicos que têm uma metodologia e aí uma legislação própria, que definem o tempo em que esta Assembleia Municipal intervenha no processo e não me parece ainda sensato que esta Assembleia Municipal ou que alguma força política aproveite, num exercício de demagogia, a eventual felicidade de algumas pessoas que estiveram ligadas ao município, durante mais de uma dezena de anos e por contingência das alterações legais no sector empresarial local e restrições que o Governo colocou na admissão de novo pessoal para função pública sejam tristemente colocados no desemprego".

António Ferreira Neto Taveira cumprimentou todos os presentes, começando por apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Vasco Graça Moura, um homem da cultura e das letras, tendo sido feito um minuto de silêncio. De seguida, leu o documento o identificado com o número 10 relativo à moção "Mobilidade e Transportes". Registou ainda a forma digna como a Maia e a Assembleia Municipal comemorou o quadragésimo aniversário da revolução do 25 de Abril, revolução essa que trouxe liberdade e democracia e que todos deviam honrar fruto de uma intervenção da população, refletida nos Capitães de Abril, lendo de seguida o documento identificado com o número 11.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes referiu que, apesar do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva já ter abordado a questão da Senhora Deputada Susana Filipa Jorge Pinheiro, a resposta da Mesa sobre este assunto seria de ignorância completa sobre o que se passou. A Assembleia Municipal era o órgão por excelência do município da Maia, sendo aquele que mais politicamente representava a defesa dos interesses da Maia, não recebendo lições de democracia de ninguém. Aliás, verificava-se que pessoas que não viveram momentos de liberdade, tinham expressões e atitudes que só os prejudicavam e não significavam o próprio. Afirmou estar perfeitamente à vontade para celebrar todos os atos que forem entendidos pela Assembleia Municipal, pois seriam atos celebrados sempre com dignidade e com liberdade. Finalizou, afirmando que a Maia deveria estar orgulhosa das comemorações levadas a cabo pela Assembleia Municipal no âmbito do quadragésimo aniversário do 25 de Abril de 1974.


O Senhor Vice-Presidente, Eng.^o António Domingos da Silva Tiago, cumprimentou todos os presentes, passando de seguida às respostas às intervenções dos deputados municipais: relativamente à variante da EN14 e acessibilidades, informou que, conjuntamente, com as Câmaras da Trofa e de Famalicão estavam a exigir do Governo e do grupo IEVA a construção desta artéria, podendo ter o perfil de via rápida, com menores custos, mas servindo para os fins pretendidos. Em relação à habitação social, afirmou que apesar de já ser um assunto recorrente, discutido em sessões anteriores, lembrou todos os deputados municipais que a Câmara Municipal desenvolveu um plano de fomento em termos de habitação social: construiu cerca de dois mil fogos, de uma forma singular, inovadora, impar, não repetindo erros do passado e dando melhores qualidades de vida à população maiata. As obras de requalificação já começaram a ser feitas, e continuarão. A Câmara Municipal, através da Espaço Municipal, iria investir até abril de dois mil e quinze uma verba na ordem dos quatro milhões e meio de euros; mas assegurou que, até ao final deste mandato, a empresa municipal iria intervir em todos os empreendimentos de habitação social para corrigir as anomalias que iam surgindo. Relativamente à pista de tartan no estádio municipal, informou que a mesma seria beneficiada, tendo já sido celebrado um Protocolo com o Instituto de Desporto, tendo a Câmara Municipal que despender, através desse mesmo Protocolo e de fundos comunitários, no estádio municipal cerca de um milhão de euros, na pista e na restante infraestrutura. Em relação ao piso/relva sintética no campo de treinos do Pedrouços, informou que seria feito no próximo ano de dois mil e quinze. A Câmara Municipal tinha quatro infraestruturas municipais que iriam sofrer intervenções em termos de relvados sintéticos: campo de treinos do estádio municipal Prof. Dr. José Vieira de Carvalho (substituição da relva), campo de treinos do estádio municipal de Pedrouços (colocação de relva sintética) o estádio municipal do Castelo da Maia (substituição de relva natural para sintética) e o campo de jogos municipal de Milheirós (colocação de relva sintética). Estas obras seriam feitas de acordo com a programação da Câmara Municipal para dois mil e catorze/dois mil e quinze. Felicitou o proponente, Senhor Deputado Carlos Manuel Pereira Assunção, pelo Voto de Louvor ao Castelo da Maia Ginásio Clube, por ter ganho a Taça de Portugal, em séniores masculinos de voleibol, associando-se em nome da Câmara Municipal a esse voto. Felicitou também o proponente, Senhor Deputado António Ferreira



Neto Taveira pelo voto de pesar, com um minuto de silêncio, em memória do Dr. Vasco Graça Moura, associando-se em nome da Câmara Municipal a esse voto.

---- Posta à admissão o voto de louvor ao Castelo da Maia Ginásio Clube, da Coligação "Sempre pela Maia", identificado com o número **6**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.

---- Posta à votação a moção foi o mesmo aprovado por **unanimidade**.

---- Posta à admissão a Moção do BE "40.º aniversário do 25 de Abril e o 1.º de Maio – Comemorar Abril lutando em Maio" identificado com o número **11**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.

---- Inscreveram-se os Senhores Deputados:

Cristiano Fernandes de Castro, cumprimentou os presentes, e em relação à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, propunha a Coligação Democrática Unitária que fosse acrescentada ao ponto três a "Associação Conquistas da Revolução", associação essa com reconhecido mérito na defesa da revolução, dos seus ideais, das suas conquistas civilizacionais para os portugueses, pugnando permanentemente pela dignificação da revolução, dos direitos dos trabalhadores e pelo povo durante o processo revolucionário.

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, afirmou que esta moção no seu ponto um, enquadrava com a moção do Partido Socialista e, ao contrário da sugestão do Senhor Deputado Cristiano Fernandes de Castro, solicitava que na Moção fosse retirado "...remeter à Câmara e Assembleia Municipal". A Coligação "Sempre pela Maia" votaria a favor com as sugestões sugeridas.

António Ferreira Neto Taveira afirmou estarem perfeitamente de acordo com a alteração proposta pela Coligação Democrática Unitária e foi claro que, aquando da leitura da moção, omitiu "Câmara Municipal e Assembleia Municipal". Mais afirmou estarem de acordo com o proposto pelo Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva.

---- Posta à votação a moção, com as devidas alterações, foi a mesma aprovada por **maioria, com quarenta e dois (42) votos a favor e um (1) voto contra do Partido dos Animais e da Natureza**.

---- Posta à admissão a moção "Construção da Variante à EN14", da Coligação "Sempre pela Maia", identificado com o número **3**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.



----Posta à votação a moção foi a mesma aprovada por **unanimidade**.-----

----Posta à admissão a Moção "25 de Abril de 1974" do Partido Socialista; identificado com o número **4**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

----Inscreyeram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:-----

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva realçou ter tido alguma dificuldade em perceber porque era que esta intervenção se chamava moção e o que era que a Assembleia Municipal estava a votar, o poema do Manuel Alegre ou outros considerandos. Era importante objetivar o teor da moção. Como já foi referido, pensava que esta moção pretendia "saudar todos os homens e mulheres que tornaram possível que hoje vivamos num clima de liberdade", mas acrescentou que faltava algo a esta moção, que poderia ser a transcrição da moção do Bloco de Esquerda, dando conhecimento deste teor à Assembleia da República, à Associação Vinte e Cinco de Abril ou mais entidades, que o Partido Socialista entendesse.-----

João Veloso da Silva Torres, cumprimentou todos os presentes, e na ausência da Senhora Deputada Susana Filipa Jorge Pinheiro, subscritora da moção, esclareceu que o intuito desta moção era tão só saudar todas e todos aqueles que contribuíram para que hoje pudéssemos viver em liberdade no nosso país. Esta moção poderia ser complementada com os destinatários da sua aprovação mas tal como sucedia em muitas Assembleias Municipais, e este caso não era exceção, entendiam que era acrescentar valor a esta data e era esta data que dizia muito, não só aos socialistas mas a todos os portugueses, que numa sessão da Assembleia Municipal, se podia aprovar simbolicamente um documento desta natureza e que também espelhava aquela que era a felicidade do Partido Socialista em estar hoje reunidos e discutir não apenas o país mas particularmente o concelho maiato. Nesse sentido, afirmou não ter nada a acrescentar, sendo uma moção totalmente inofensiva do ponto de vista daquelas que poderiam ser as diversas leituras político-partidárias.-----

----Posta à votação a moção, com as devidas alterações, foi a mesma aprovada por **maioria, com quarenta e dois (42) votos a favor e um (1) voto contra do Partido dos Animais e da Natureza**.----

----Posta à admissão a Moção do BE "Mobilidade e Transportes" identificado com o número **10**, foi aprovada a sua admissão por **unanimidade**.-----

-----Inscriveram-se os Senhores Deputados:



António Fernando Gomes de Oliveira e Silva afirmou que já hoje, a Assembleia Municipal votou uma moção que se referia à construção da variante à EN14, solicitando que essa mesma moção fosse enviada aos órgãos competentes. O Bloco de Esquerda, na sua moção apresentada, no seu primeiro ponto "considerar prioritária a obra de construção da variante à EN 14 e reclamar medidas e apoios necessários ao inicio da obra" era rigorosamente igual à moção já aprovada. Lamentava, assim, que o Bloco de Esquerda não se tivesse associado à moção da Coligação "Sempre pela Maia", facto que teriam muito gosto, e pediu que protelassesem, no tempo, a discussão das outras matérias: defender o prolongamento da linha do metro até à Trofa, aliás matéria esta já votada mais do que uma vez; rejeitar a privatização ou concessão do serviço público de transportes de passageiros da STCP e do metro do Porto a um operador privado, matéria também estudada pela Assembleia Municipal em mandato anterior e que, provavelmente, teria que ser objeto de novo estudo. Sendo entendimento da Coligação de cerrar fileiras para a construção da variante e não sendo as outras matérias referidas de caráiz tão emergente, pediu que as mesmas fossem "congeladas" até à próxima Assembleia Municipal, de forma a que esta moção de apoio à construção da variante tivesse outro significado político, extensivo a outras assembleias municipais igualmente servidas por esta via.

Alberto Luís Ferreira Neto cumprimentou todos os presentes, afirmando que, embora a CDU esteja de acordo com a moção, e considerando a proposta de alteração da Coligação, e sendo ele mesmo utente da STCP, via-se com dificuldades para se deslocar ao centro da Maia desde Águas Santas. A discussão sobre a STCP e a Metro do Porto tinha que ser feita o mais rápido possível, por todas as bancadas. Gostaria de acrescentar à moção o seu envio à Assembleia da República, ao Governo e também à Comissão de Trabalhadores do Metro e da STCP, porque estes trabalhadores sofriam um ataque por parte do Governo que com esta privatização iria criar mais desemprego.

António Ferreira Neto Taveira, em relação à intervenção do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, relembrou que antes de ler a sua moção, mencionou que se revia na moção da Coligação, apesar de não a ter subscrito. Relativamente à proposta sugerida, considerava que era pertinente discutir a problemática dos transportes na sua globalidade e o que atingia mais

concretamente a cidade da Maia, mas percebendo e procurando que nestas matérias houvesse mais consenso e tentando não desviar-se do que estava em discussão – a variante à EN 14 – aceitavam retirar os três pontos seguintes, sujeitando à votação o primeiro e segundo ponto da moção. Também estavam de acordo com a proposta da CDU, mas deixava de ter razão de ser já que a variante nada tinha a ver com a STCP e a Metro, mas assegurando que este assunto seria tratado numa próxima sessão. O envio da moção seria para as mesmas entidades da moção subscrita pela Coligação “Sempre pela Maia”.

----Posta à votação a moção, com as devidas alterações, foi a mesma aprovada por **maioria, com quarenta e dois (42) votos a favor e um (1) voto contra do Partido dos Animais e da Natureza.**----

2. Período de intervenção do público, de acordo com o estipulado pelo artº 40º do Regimento da Assembleia Municipal:

----Inscreveu-se para uso da palavra o Senhor João Couto Lopes, residente na Rua A, nº 33, em Vila Nova da Telha, que interveio para falar sobre a passagem para o Centro de Saúde de Pedras Rubras e contentores do lixo, conforme documento identificado com o número 12. Formulou ainda votos de parabéns à Assembleia Municipal pelas comemorações do quadragésimo aniversário do 25 de Abril de 1974 e pela intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sessão de hoje, sobre democracia.

3. Período da Ordem do Dia:

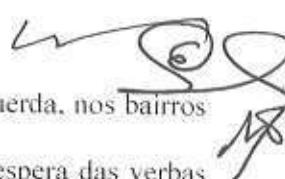
3.1. Apreciação e Votação da ata n.º 2/2014.

A ata n.º 2/2014 foi aprovada por **maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado ausente da respetiva sessão.**

3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade da Câmara (alínea e) do n.º 1 do artigo 5.º do Regimento e alínea c) do n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), documento identificado com o número 13:

----Inscrereram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

António Ferreira Neto Taveira usou da palavra para solicitar informações sobre as novas instalações do Tribunal da Maia; relativamente a uma notícia de 14 de abril, publicada no Jornal de Notícias, que


referia que havia necessidade de fazer obras, tal como já referido pelo Bloco de Esquerda, nos bairros sociais, mas nessa mesma notícia o Senhor Presidente da Câmara afirmava estar à espera das verbas do Estado e de outros meios, mas comentou que mesmo sem essas verbas, a requalificação era necessária e que iria avançar. Gostaria de saber quando, em que condições, quais os bairros a serem abrangidos e com que meios era que a Câmara Municipal pensava, sem o apoio do Estado, efetuar essas mesmas requalificações.

Joaquim Jorge Moreira da Silva cumprimentou os presentes, lendo o documento identificado com o número 14.

O Senhor Vice-Presidente, Eng.^º António Domingos da Silva Tiago, relativamente ao Hino da Maia, informou que existia uma proposta do Hino, não tendo sido ainda aprovada, mas o que se ouviu nas Comemorações do 25 de Abril, foi apenas um “ensaio”, mas para passar a ser definitivo seria submetido à aprovação da Assembleia Municipal, em duas versões. Relativamente às questões referidas pelo Senhor Deputado António Ferreira Neto Taveira, informou que o processo do concurso sobre o tribunal, estava na sua reta final e o Governo, através do Ministério da Justiça, estava a analisar a única proposta apresentada – Pólo de Serviços - e dentro de pouco tempo, o Governo iria pronunciar-se. Quanto às obras nos bairros sociais, já se tinha pronunciado na sua primeira intervenção, mas em relação ao solicitado pelo Senhor Deputado, informou que os bairros sociais que precisavam de obras de requalificação iriam ser sujeitos a elas, durante esta mandato autárquico, com fundos comunitários e verbas municipais. Quanto à informação do Senhor Presidente da Câmara, e embora ela não reportasse todos os elementos que a lei exigia porque, excepcionalmente, o que faltava estava transcrito no Relatório e Contas presente.

João Veloso da Silva Torres fez uma interpelação à Mesa para reforçar que a resposta dada pelo Senhor Vice-Presidente que a informação em falta estava na Prestação de Contas não era verdadeira.

3.3. Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2013 da Câmara Municipal da Maia.

---Inscreram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

Silvestre Santos Gomes Pereira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o número 15.



Cândido Joaquim Lima da Silva Graça cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o **número 16**.

Pedro Miguel Neves Ferreira cumprimentou todos os presentes, lendo de seguida o documento identificado com o **número 17**.

Paulo Sérgio Fernandes da Rocha cumprimentou todos os presentes, endereçando votos de parabéns pelo excelente evento ocorrido no dia anterior, já que foram ouvidos quer depoimentos de quem viveu a época quer da população em geral. Agradeceu ainda o facto da Assembleia estar a adotar a desmaterialização dos processos porque era entendimento do Partido Socialista que era assim que devia ser, em termos de questões ambientais e de recursos. Relativamente ao Relatório de Gestão de Contas, começou por salientar um número: sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil cento e oitenta e nove euros negativos, sendo este o resultado líquido do exercício da Câmara Municipal da Maia, em dois mil e treze, da Maioria PSD. Em qualquer empresa, o gestor tinha que explicar muito bem o porque deste resultado ser negativo. Não podia dizer que o país estava em crise mas dar três razões no Relatório de Gestão: acréscimo com o custo com os funcionários, aumento dos custos financeiros e redução do rendimento. Em relação ao custo com os salários dos funcionários argumentou que sem estes a Câmara não funcionava. Este acréscimo devia-se ao subsídio de férias e de natal, sendo a reposição daquilo que o Governo PSD/CDS aprovou na Assembleia da República, uma norma inconstitucional, não sendo culpa dos trabalhadores nem do Tribunal Constitucional que declarou a inconstitucionalidade. Relativamente ao aumento dos custos financeiros sem haver investimento: uma parte era por causa dos juros de mora que a Câmara teria que pagar relativamente ao Parque de Avioso – sentença desfavorável para a Câmara Municipal. Relativamente à redução do rendimento, afirmou que sem dinheiro não se podia investir mas ficou denotada a dificuldade de captação de investimento da maioria camarária com políticas para captar empresas para o concelho, para trazer mais fixação populacional, e consequentemente o rendimento aumentaria. Eram precisas políticas de desenvolvimento. Afirmou não partilhar da opinião de que dois mil e treze foi um ano de boa gestão, mas também não era tudo negativo: a dívida foi reduzida mas era aquilo que qualquer bom pagador tinha obrigação de fazer: se tinha um empréstimo porque necessitava daquele investimento o que tinha

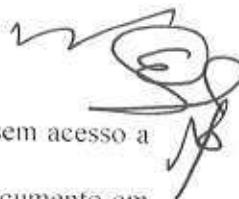

que fazer era pagar. Finalizou, reafirmando o valor de sete milhões, quatrocentos e vinte e três mil cento e oitenta e nove euros negativos.

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, cumprimentou os presentes, afirmando que uma parte significativa dos Senhores Deputados não estava presente aquando do exercício que originou o presente relatório. E só este facto explicava algumas contradições ouvidas. Era difícil trilhar um caminho em que uma estratégia financeira levasse à sustentabilidade quando os *inputs* recebidos da Oposição eram tão contraditórios: o Bloco de Esquerda e a Coligação Democrática afirmavam que o município devia ter a coragem para enfrentar as políticas austeras do Governo Central e clamar por mais receitas e fazer mais despesa e o Partido Socialista resumiu as contas a um saldo negativo dos resultados de exploração, condenando-os. O presente Relatório de Contas e de Gestão tinha, ao término do segundo terço da sua execução, um juízo fantástico que foi o dos maiatos, em sede de eleições autárquicas. Considerou um aspecto paradigmático daquilo que era a Maia e a sua gestão autárquica que há longos anos conduz os seus destinos. No ano de dois mil e treze, ano de eleições, a Câmara Municipal da Maia diminui em quatro vírgula treze porcento a rubrica de fornecimentos e serviços de terceiros ou aquisição de bens e serviços, questionando-se se estava em Portugal e se este foi um ano de eleições. Desafiou também a Oposição a encontrar um município em Portugal que, em ano de eleições, tenha diminuído estas rubricas; qual o município que, em ano de eleições, fez uma poupança corrente de catorze milhões de euros; qual o município que, em ano de eleições, conservava uma capacidade de contrair empréstimos na ordem dos dezasseis milhões de euros; qual o município que, em ano de eleições, diminui a sua dívida em oito milhões e meio de euros; qual o município que, em ano de eleições, encurtou a média de pagamentos aos fornecedores para vinte e sete dias. Afirmou que estes dados eram os de um município que aprendeu cedo aquilo que o país devia saber e fazer na gestão da causa pública; mas, infelizmente, esta estratégia não tinha sido aplicada nem pelos governos da nação nem pelos governos regionais nem por alguns municípios portugueses. Poderia a Oposição dizer que a maioria camarária tinha capacidade de atuar assim em ano de eleições porque sabiam de antemão que as ganhariam, mas o facto de sabérem isto, não era culpa da Coligação. Estes feitos foram obtidos num ano em que a Câmara Municipal arrecadou menos oito por cento nos seus impostos



diretos. Em começo de mandato foi discutido a fixação das taxas destes impostos e a Oposição, quase por unanimidade, aprovou a diminuição das mesmas, porque era previsível para a Oposição um aumento desta receita por força da reavaliação feita nos imóveis. Ouviu do Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira citar uma parte dos serviços técnicos do Relatório de Gestão que dizia que se esta tendência de descida se acentuar poderá “perigar” a estratégia do município, ou seja, diziam os técnicos que se os políticos não tiverem juízo e efetuarem descidas de taxas de impostos demagógicas, poderá colocar em perigo a estratégia do município. Gostava que a Oposição tivesse feito um ato de contrição, tendo agradecido o contributo que a bancada da Coligação deu quando em setembro ou outubro acertou nas previsões. Quem em ano eleitoral fazia o que estava explícito no Relatório de Contas e Gestão não podia esperar, infelizmente, que a Assembleia Municipal da Maia aprovasse, por unanimidade, o presente documento que espelhava uma estratégia de gestão, afirmando mais ainda que esta Assembleia ainda não tinha a capacidade necessária para aprovar por unanimidade este relatório de gestão. Não significava que este Relatório não devesse ser considerado um exemplo para o país, esperando que a Câmara Municipal e os agentes económicos intervenientes na qualificação e avaliação das contas públicas viessem, rapidamente, dar a importância que este documento tinha no cenário macroeconómico que o país atravessava. Pela seriedade da gestão em ano de eleições, pela excelência dos resultados obtidos, afirmou ter um grande orgulho em ser maiato.

João Veloso da Silva Torres, cumprimentou os presentes, afirmando que gostava em nome do Partido Socialista fazer um exercício de defesa de valores e de princípios porque assim era a política; o Partido Socialista, uma vez mais, não estava disponível para aceitar a argumentação de que uma eleição autárquica, ainda que democrática e da qual emanava a eleição dos órgãos autárquicos do concelho, anulasse aquela que era a discussão e a tomada de posição de cada uma das forças políticas com assento devesse fazer aquando da discussão dos principais documentos de um município; os documentos previsionais e as prestações de contas. Este esclarecimento tinha que ser prestado em nome de uma outra cultura democrática e que a Câmara Municipal não tinha vindo a fomentar. Melhor exemplo do que aquele que já hoje foi apresentado aos Senhores Deputados não seria fácil de encontrar: estava em vigor uma lei desde dois mil e treze que, repetidamente, não era cumprida por



parte da Câmara Municipal e onde deveria ser prestada informação para que todos tivessem acesso a uma informação mais transparente sobre a atividade municipal. Mas relativamente ao documento em discussão, a vantagem do Partido Socialista em não fazer, nesta Assembleia Municipal, uma oposição rastejante era de que quando tinham algo positivo a referir, isso deveria ser encarado com orgulho por parte de todos. Reconheciam que era um esforço grande por parte da autarquia no sentido de reduzir a dívida da Câmara Municipal. Mas isso não significava que estivessem no exercício de dois mil e treze perante um resultado líquido positivo da atividade da Câmara Municipal, sendo também um dado relevante para o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva reter na sua lista de grandes vitórias e conquistas financeiras da Câmara Municipal da Maia. Não queria referir-se ao deprimente espetáculo retórico partilhado com a Assembleia no sentido de aludir outros exemplos de autarquias que tenham atingido esses patamares notáveis, em ano de eleições autárquicas. Gostava ainda de referir que um documento como este era um documento político, não sendo um documento técnico. A primeira pergunta que devia presidir à orientação de voto de um deputado municipal era de facto perceber se hoje a Maia estava melhor ou pior, se o exercício de dois mil e treze foi ao encontro de uma expectativa de esperança de desenvolvimento, de prosperidade e no entendimento do PS, não obstante a vitória autárquica que o PSD/CDS alcançou no passado dia vinte e nove de setembro, tendo sido já várias vezes felicitados, e poderiam continuar a fazer, entendiam que a Câmara Municipal da Maia, não estava a conferir uma estratégia de desenvolvimento à altura daquelas que eram as necessidades no presente e por forma a combater ativamente aquele que era o grande problema na nossa sociedade que era o desemprego, afetando em grande escala a camada mais jovem de Portugal. E era com base nesta análise política tanto sumária como empírica daquela que era a condição de vida dos maiatos que o PS, condensando também o parecer das contas deste mandato, tomava uma posição política, e neste caso particular, reconhecendo o esforço de consolidação da dívida, de se abster, mas nunca deixando de referir aquelas que eram as convicções que perseguiam a sua atividade política e também a indicação daqueles que eram os elementos mais preocupantes que deviam constituir também o cerne da intervenção de todos os órgãos autárquicos.



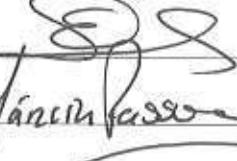
O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago acrescentou que este Relatório sistematizava alguns números em termos de dívida total, devendo a Câmara Municipal cerca de quarenta e seis milhões de euros, dos quais dezassete milhões eram relativos a um empréstimo para habitação social a um juro bonificado, no ordem de um vírgula seis por cento/ano, a um prazo de vinte e cinco anos. A Câmara da Maia, à exceção deste empréstimo, tinha uma dívida total que rondava cerca de trinta milhões de euros, sendo uma dívida, para um município com a capacidade de criação de riqueza e de receita, com o potencial que tinha, insignificante, não tendo expressão quântica. Na última década, a dívida da Câmara Municipal da Maia baixou cerca de sessenta por cento. O facto de ser sido apresentado um número negativo era um número que se referia ao resultado líquido de dois mil e treze, devia-se, fundamentalmente, à desvalorização imobiliária dos ativos imobiliários do concelho e isso era algo que não era controlado nem por este nem por nenhum executivo camarário. Afirmou ainda rever-se nas apreciações feitas quer pelo Senhor Deputado Cândido Joaquim Lima da Silva Graça quer pelo Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, porque independentemente de estarem a analisar este documento, ele já, de alguma forma, foi sufragado no último ato eleitoral, questão esta que não devia ser subestimada. Este documento, ao contrário do afirmado pelo Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres, não era um documento exclusivamente político: era um documento técnico, em primeira instância, e depois político. Também afirmou não concordar com a visão redutora de que o Município da Maia fosse um município resignado - afirmação do Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira, porque havia desemprego mas a taxa de desemprego na Maia rondava os doze por cento e portanto a Maia tinha capacidade de gerar emprego. A Maia não era nenhum oásis mas tinha um potencial e uma capacidade de regenerar-se e de resolver os problemas das pessoas em diversos níveis. Era também um município que gerava riqueza, que criava emprego. Apesar de ser um município que não possuía praias, não era património da Unesco, riqueza natural mas estava no mesmo ranking do que estes. Os maiatos, as empresas maiatas eram portadores de potencial e isso não devia ser desvalorizado, especialmente, em sede do órgão mais nobre que era a Assembleia Municipal.

----- Posta à votação a “Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2013 da Câmara Municipal da Maia” foi aprovada por maioria, com vinte e sete (27) votos a favor (vinte e seis da Coligação “Sempre pela Maia” e um do Movimento Independentes por Vila Nova da Telha), onze (11) abstenções (dez do Partido Socialista e uma do Partido dos Animais e da Natureza) e cinco (5) votos contra da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda.-----

----- Dado o adiantado da hora, a sessão foi encerrada neste ponto, sendo os demais objeto de discussão na reunião extraordinária a realizar no próximo dia **5 de maio de 2014**, pelo que todos os Deputados presentes neste momento foram convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

----- Foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva.-----

---- E sendo uma hora do um de maio do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.^a Secretária, Emilia de Fátima Moreira dos Santos e pela 2.^a Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Rosende.-----

O Presidente: 
A 1.^a Secretária: 
A 2.^a Secretária: 

Sandra Martins

De: Pedro Ferreira [pedroferreira21@gmail.com]
Enviado: segunda-feira, 28 de Abril de 2014 18:10
Para: Assembleia Municipal da Maia
Assunto: Pedido de Substituição



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Venho por este meio solicitar-lhe a substituição da Sra. Deputada Marisa do Rosário Talhas Macedo Ribeiro, nascida em 24/12/1972 e portadora do cartão de cidadão n.º 9896078, para a 2.ª Sessão Ordinária a realizar no próximo dia 30 de Abril do corrente ano.

Assim, não levantando V. Exa. qualquer objecção, de acordo com os termos da lei, será substituída pelo elemento seguinte na lista à Assembleia Municipal da Maia da CDU, o Sr. Alberto Luís Ferreira Neto, nascido em 22/09/1965 e portador do cartão e cidadão n.º 7423142.

Com os melhores cumprimentos,

Pedro Ferreira
CDU

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 46
Em 29/04/14


29/4/14



Exmo. Senhor
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA
Praça Dr. José Vieira de Carvalho
4474 - 006 MAIA



Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

129/2014

Águas Santas, Maia

17/04/2014

ASSUNTO:

2^a SESSÃO ORDINÁRIA - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO

Exmo. Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para solicitar a V. Exa. que na 2^a sessão ordinária dessa Assembleia Municipal, a realizar em 30 de Abril de 2014, aceite que me faça representar pelo Secretário do Executivo desta Junta de Freguesia, Manuel António Sousa Ferreira, portador do CC n.º 3166309, uma vez que não poderei estar presente.

Sem outro assunto de momento e com os protestos da minha mais expressiva consideração, aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os meus melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA JUNTA



(Carlos Joaquim de Ascenção Vieira)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA
COLIGAÇÃO PSD/CDS-PP "SEMPRE PELA MAIA"
30 de Abril de 2014

Moção

Construção da Variante à EN14

Após vários estudos que, em recentes anos passados, justificavam, sem margem para dúvidas, da necessidade de construção de uma variante à actual Estrada Nacional 14 (doravante designada por EN14), o Plano Estratégico de Transportes e Comunicações (doravante designado por PETI), apresentado pela Secretaria de Estado dos Transportes, veio deitar por terra esta solução tão desejada pelas populações e agentes económicos dos concelhos da Maia, Trofa e Vila Nova de Famalicão. O PETI considera apenas a melhoria das acessibilidades da EN14 ignorando por completo a dura realidade vivida diariamente por milhares de pessoas que utilizam esta via de comunicação.

Todos os dias circulam na actual EN14 cerca de 30 mil veículos ligeiros e pesados de mercadorias e de passageiros. A EN 14 serve várias zonas e pólos industriais de incontestável importância para o desenvolvimento, prosperidade e competitividade da região Norte. Recordemos que Vila Nova de Famalicão é neste momento o concelho da região Norte mais exportador seguido logo em terceiro lugar pelo concelho da Maia, justamente dois concelhos atravessados por esta estrada sobrelotada. São diários os congestionamentos que impedem a circulação eficiente de mercadorias e pessoas que se deslocam nestas localidades não esquecendo a enorme insegurança resultante desta realidade.

Assim, a construção de uma variante à actual EN14 apresenta-se, há vários anos, como uma infra-estrutura crucial para o apoio à economia, mobilidade e qualidade de vida dos concelhos da Maia, Trofa e Vila Nova de Famalicão. Entre outros factos, a variante à EN14 permitiria apoiar, sem reservas, o largo tecido empresarial característico destes três concelhos não esquecendo o reforço que assumiria como ligação ao Porto de Leixões e ao Aeroporto do Porto, infra-estruturas imprescindíveis para o sucesso económico da nossa região.

Compreende este grupo parlamentar que o país atravessa um período de contenção de despesa e que todos os investimentos públicos devem ser analisados com elevados critérios de sustentabilidade. No entanto, a actividade económica fortíssima dos concelhos da Maia, Trofa e Vila Nova de Famalicão justificam inquestionavelmente este investimento. Acreditamos que são obras cirúrgicas como esta que colocam o Estado ao lado da economia e não contra ela. Acreditamos que são obras como esta que respeitam o desejo de uma população e possibilitam a competitividade entre regiões tão essencial para o crescimento económico português.

Nos termos do Art.º 51.º do Regimento da Assembleia, a Assembleia Municipal da Maia apresenta a seguinte moção:

- Considerar a construção da variante à Estrada Nacional 14 como um investimento essencial e urgente para o apoio à população e tecido empresarial dos concelhos da Maia, Trofa e Vila Nova de Famalicão;
- Repudiar a solução apresentada no Plano Estratégico de Transportes e Comunicações da Secretaria de Estado dos Transportes que visa apenas o melhoramento das acessibilidades à Estrada Nacional 14;
- Colocar a construção da variante à Estrada Nacional 14 no Plano Estratégico de Transportes e Comunicações da Secretaria de Estado dos Transportes.



Que do teor desta moção seja dado conhecimento à Assembleia Municipal da Trofa e à Assembleia Municipal de Famalicão, à Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Ministro da tutela e ao Secretário de Estado dos Transportes.

Maia, 30 de Abril de 2014

Pelo Grupo Parlamentar da Coligação PSD/CDS "Sempre Pela Maia"



Manuel Oliveira
Deputado Municipal



MOÇÃO

25 DE ABRIL DE 1974

hº

Se há um dia que representa, na nossa história coletiva, a força de um povo, esse dia é o 25 de abril de 1974. Passam já 40 anos, mas a coragem de um grupo de militares e a vontade de mudança de um povo não estão ainda esquecidas. Nem poderiam estar!

Nesse dia, Portugal abriu caminho para a Democracia, já anteriormente tentada noutros períodos da nossa história, mas nunca antes verdadeiramente concretizada. Nesse dia, Portugal abriu caminho para a concretização do Serviço Nacional de Saúde.

Nesse dia, Portugal pôde começar a fazer do voto livre e universal uma afirmação de Liberdade. Nesse dia, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade em que o acesso à educação pública passou a ser um dos pilares fundamentais da Igualdade.

Nesse dia, Portugal pôde também iniciar a construção de um ideal de Estado Social, em que todos os cidadãos vissem assegurados um conjunto de garantias de bem-estar social, em nome da Fraternidade. Muitas outras áreas poderiam ser referidas, mas o mais importante, à laia de resumo, é que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a denominada "Revolução dos Cravos" é uma conquista de Portugal e dos Portugueses que nunca será demais assinalar e enaltecer.

Muito poderia agora ser referido sobre a forma como as políticas do atual Governo, da maioria PPD-PSD e CDS-PP, estão a colocar em causa muitas das conquistas de abril. Mas porque o momento é de celebração, deixemos esse facto de lado por ora, pois a história se encarregará de julgar os responsáveis por um retrocesso civilizacional e social sem precedentes na nossa história.

Importa, isso sim, enaltecer uma vez mais todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização do 25 de abril de 1974: militares, civis, democratas, antifascistas, todos aqueles que entenderam que era chegada a altura de dizer "basta!" a uma ditadura que corroía a dignidade, a determinação e o orgulho de Portugal e dos Portugueses.

A Assembleia Municipal da Maia saúda todos estes homens e mulheres que tornaram possível que hoje vivamos num clima de liberdade. Todas as palavras que possamos escolher poderão não ser suficientemente brilhantes para descrever a importância daquele dia, pelo que nada como usar aqui as palavras de um dos Grandes da nossa poesia, o poeta Manuel Alegre, com o seu poema "Abril de Abril":



*"Era um Abril de amigo Abril de trigo
Abril de trevo e trégua e vinho e húmus
Abril de novos ritmos novos rumos.*

*L
S
M*

*Era um Abril comigo Abril contigo
ainda só ardor e sem ardil
Abril sem adjetivo Abril de Abril.*

*Era um Abril na praça Abril de massas
era um Abril na rua Abril a rodos
Abril de sol que nasce para todos.*

*Abril de vinho e sonho em nossas taças
era um Abril de clava Abril em acto
em mil novecentos e setenta e quatro.*

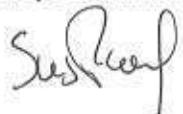
*Era um Abril viril Abril tão bravo.
Abril de boca a abrir-se Abril palavra
esse Abril em que Abril se libertava.*

*Era um Abril de clava Abril de cravo
Abril de mão na mão e sem fantasmas
esse Abril em que Abril floriu nas armas."*

Viva o 25 de abril! Viva Portugal!

Maia, 30 de Abril de 2014

P' O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Maia,



Susana Pinheiro



Grupo do Partido Socialista na
Assembleia Municipal da Maia

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhoras Secretárias

Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores presentes

Senhoras e Senhores Deputados

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Para mim o tema da dissolução da Academia das Artes com consequente internalização dos serviços pela Câmara Municipal da Maia era assunto encerrado e não tinha nenhuma intenção de voltar a ele. Faço-o porque um conjunto de factos ocorridos após a minha intervenção na passada Assembleia Municipal a isso me obrigam. Não venho naturalmente acrescentar ou retirar nada ao que então disse, nem estou disponível para ouvir agora outras respostas ou explicações além daquelas que em momento oportuno me foram dadas. Volto a este tema porque falar sobre ele remete agora para um outro tema a que não posso deixar de fazer referência – CULTURA DEMOCRÁTICA.

As opiniões que aqui emiti são dialética e crítica políticas.

A decisão de deixar as contas da Academia das Artes chegar a uma situação financeira de falência técnica, de tal maneira insustentável que com a publicação do Dec. Lei 50/2012 não restava outro caminho que não fosse a dissolução, é uma decisão política. A Câmara Municipal da Maia como acionista único daquela empresa municipal, poderia ter feito as transferências de verbas necessárias ao reequilíbrio das contas, coisa que só aconteceu por uma vez, ao transferir um montante de cerca de 150.000€ para reequilibrar as contas de 2010.

Em carta que o vereador Dr. Mário Nuno Neves dirigiu aos trabalhadores da Academia das Artes em Dezembro de 2012 na condição de Ex-Presidente do Conselho de Administração afirma, e passo a citar “*alguns membros dos vários Conselhos de Administração chegaram a avalizar pessoalmente garantias exigidas pela Banca para*



m
S
M
Grupo do Partido Socialista na
Assembleia Municipal da Maia

o regular funcionamento da empresa" fim de citação. A ser verdade esta afirmação (e não tenho nenhuma razão para pensar que não seja), sou obrigado a associar-me às palavras de gratidão do Vereador, mas não posso deixar afirmar que a Academia das Artes chegou a uma tal situação, que envergonha o Concelho da Maia, por consequência de decisões de natureza política.

Na resposta que me foi dada pelo Senhor Presidente da Câmara na passada Assembleia Municipal, foi-me dito expressamente que "não me admitia que eu criticasse os vereadores, porque eles eram os melhores e tinham sido eleitos pelos cidadãos". Permite-me Senhor Presidente quer lhe diga que, pese embora a grande estima pessoal que tenho pelo Senhor, considerei a sua resposta um momento particularmente infeliz, porventura o mais infeliz a que já tive ocasião de lhe assistir nesta Assembleia. É que, esqueceu-se o Senhor Presidente da Câmara, eu também fui eleito e não nomeado, e tenho a mesma responsabilidade em defender o que julgo ser o melhor para o nosso Município que os que estão em cargos executivos. Faço-o portanto com a mesma dignidade e servindo de igual modo aquilo que os que me elegeram esperam de mim.

Alem disso, não pode o Senhor Presidente fazer como Pilatos e lavar as mãos sobre este assunto, deixando-o na exclusiva responsabilidade da Senhora Vereadora com o pelouro da Gestão de Recursos Humanos, mais que não seja, porque também comprometeu a sua palavra diante dos trabalhadores.

A sua resposta, Senhor Presidente, só se comprehende no contexto de um afastamento que tem vindo a fazer da boca de cena, que os maiatos já perceberam, em que procura deixar os holofotes do palco para atores secundários.

Da mesma forma, a carta que foi enviada pela Mesa da Assembleia Municipal a todos os deputados, algumas semanas depois de encerrada a sessão anterior, numa *sui generis* defesa da honra por parte da Senhora Vereadora Marta Peneda tem tanto de extemporânea como de despropositada.



A handwritten signature in black ink.

Grupo do Partido Socialista na
Assembleia Municipal da Maia

A handwritten signature in black ink.

O que era suposto acontecer era que os Senhores Vereadores estivessem presentes nas Assembleias Municipais, e, estando presentes, poderiam intervir para dar resposta às questões colocadas sobre assuntos do seu pelouro. O que temos visto é que sistematicamente estão presentes os Vereadores do PS e a Senhora Vereadora da CDU, mas os da maioria, ou passam como gato sobre brasas, ou nem passam de todo, numa atitude que revela falta de respeito por este Órgão. Alguns, nunca lhes vimos a cara nesta Assembleia.

Não tendo estado presente na última sessão da Assembleia Municipal, a Senhora Vereadora Marta Peneda deixou que a defesa das decisões do executivo ficasse exclusivamente a cargo do Senhor Presidente da Câmara, coisa que ele fez nos termos e modo que entendeu. À Senhora vereadora só lhe resta tomar aquela resposta como sua.

A Assembleia Municipal decorre num tempo e local bem determinados e não pode agora a Senhora Vereadora prolongar a existência da Assembleia para fora desses limites, apenas porque não se revê na resposta que foi dada pelo Senhor Presidente. Se quer evitar situações futuras semelhantes a esta tem bom remédio, esteja sempre presente nas Assembleias Municipais.

Deixo ainda uma palavra para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa. Ouviram-me já na passada Sessão criticar aqui o facto de o líder da bancada da maioria, se inscrever sistematicamente no período de antes da Ordem do Dia sem nenhuma intenção de "interpelar o executivo sobre assuntos da respetiva administração" (conforme estabelece o Artº 41º nº2 al c) do Regimento) nas apenas visando substituir-se ao Presidente da Câmara nas respostas às questões levantadas pelas outros grupos políticos.

Tivemos agora a expedição pela Mesa, a todos os deputados, da carta da Senhora Vereadora Marta Peneda numa suposta "defesa da honra" que acontece completamente fora de tempo e de lugar.



A handwritten signature in black ink.

Grupo do Partido Socialista na
Assembleia Municipal da Maia

A handwritten signature in black ink.

Penso Senhor Presidente da Assembleia Municipal que contemporizar com estas práticas, criam um perigoso precedente e não significam esta Assembleia que estou certo, todos unanimemente queremos ver prestigiada e valorizada. Essa valorização não pode acontecer noutro quadro que não seja o estrito respeito pelas regras do jogo democrático.

TUDO ISTO É POLÍTICA!...

A leitura que faço do ponto a que chegamos sobre esta matéria é que ela acabará com a Câmara Municipal a contratar 25 trabalhadores de que não precisa e a ter depois que despedir e indemnizar os trabalhadores da extinta Academia das Artes.

Não vale a pena entrarmos agora em discussões mais ou menos jurídicas que só servem para distrair do essencial. E isto é o essencial da questão. Se a Câmara Municipal, independentemente de a quem cabem as culpas, estiver consciente que o resultado final poderá ser este, então ainda está em tempo de refletir sobre a utilidade e interesse em prosseguir com os concursos abertos.

As críticas que fiz e mantendo são políticas.

Também a leitura que faço do comportamento desta maioria com pouco respeito pelas regras de funcionamento deste órgão e pelo debate livre e democrático, são críticas políticas.

As práticas que denuncio constituem, a meu ver, tiques ou vícios de quem está à demasiado tempo no poder.

Pretender pessoalizar as críticas que fiz, a ponto de a Senhora Vereadora se sentir atingida na honra pessoal, retirando-as do contexto político, e pretendendo transformá-las em ataque pessoal a quem quer que seja, só pode resultar de uma de duas situações: ou não me conhecem de todo (o que é pouco crível considerando os anos



[Handwritten signature]
Grupo do Partido Socialista na
Assembleia Municipal da Maia

que já levo desta Assembleia Municipal), ou resulta de má fé, e nesse caso é imperdoável.

Em qualquer caso quero deixar claro que sou um Homem de pensamento livre e virei a este palco fazer as críticas que tiver que fazer, a quem quer que seja, sempre e quando entender ser meu dever fazê-lo, mesmo que as minhas palavras possam ser incómodas para alguns, mas estou aqui para defender o que julgo ser o melhor para a Maia e não para ser simpático.

Não termino sem deixar aqui a promessa de, se o resultado final deste processo não vier a ser aquele que eu acabo de adivinhar, ou seja, se este processo acabar com os trabalhadores da extinta Academia das Artes integrados nos quadros da Câmara Municipal e não no desemprego, voltarei a este mesmo palco, não como fez Egas Moniz perante Afonso VII, Imperador da Hispânia, de corda ao pescoço, mas com toda a humildade democrática cumprimentando publicamente os responsáveis pela condução do processo e reconhecendo que estive errado.

Disse.

2014.04.30

José António Andrade Ferreira



Intervenção

1

O CASTELO DA MAIA GINÁSIO CLUBE (CMGC), instituição desportiva criada em 5 de fevereiro de 1973 tem um palmarés invejável em todas as categorias onde compete, seja em seniores masculinos, seniores femininos ou nas várias camadas de formação.

É de realçar o excelente trabalho que sempre desenvolveu, na formação desportiva e cívica de várias gerações de crianças e jovens do nosso concelho, factos esses que lhe deram o reconhecimento público de várias entidades, com a atribuição, entre outros, dos títulos de:

- Sócio honorário da Associação de Voleibol do Porto
- Medalha de ouro da Câmara Municipal da Maia
- Instituição de utilidade pública

O CMGC, reiterando sem sombra de dúvida o seu lugar nas equipas de referência do voleibol nacional, conquistou no passado dia 20 de abril de 2014 no Pavilhão Multiusos de Coimbra, a sua 6ª taça de Portugal na categoria de seniores masculinos.

Com esta vitória, o CMGC dá mais brilho à escolha da Maia para “Cidade Europeia do Desporto 2014” e, apesar de dúvidas não restarem, sublinha que foi esta uma escolha acertada.

Por este facto, os deputados da coligação “SEMPRE PELA MAIA” propõem que:

A Assembleia Municipal da Maia, na sua 2ª sessão ordinária, em 30 de Abril de 2014 aprove um “VOTO DE LOUVOR” ao CASTELO DA MAIA GINÁSIO CLUBE, conforme documento em anexo.

Maia, Paços do Concelho, 30 de Abril de 2014

Pelo grupo parlamentar da coligação “Sempre pela Maia”



(Carlos Manuel Pereira Assunção)

1º

VOTO DE LOUVOR

2

Após a conquista, no passado dia 20 de abril de 2014 no Pavilhão Multiusos de Coimbra, da **taça de Portugal de voleibol** na categoria de seniores masculinos, a Assembleia Municipal da Maia, na sua 2ª sessão ordinária, de 30 de Abril de 2014, aprovou um “**VOTO DE LOUVOR**” ao **CASTÉLO DA MAIA GINÁSIO CLUBE**, como reconhecimento do povo da Maia pelo contributo positivo à projeção do nome do nosso concelho, e como reconhecimento do mérito e da vontade permanente de vencer dos seus atletas e dirigentes, não esquecendo também de estender esse voto de louvor aos funcionários, sócios e simpatizantes, e transmitir-lhes como, com estas vitórias, honram e enchem de orgulho a Maia, e principalmente, os Maiatos.

Maia, Paços do Concelho, 30 de Abril de 2014

Pelo grupo parlamentar da coligação “Sempre pela Maia”



(Carlos Manuel Pereira Assunção)

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Período de Antes da Ordem do Dia



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Há vários meses atrás trouxemos a esta Assembleia as nossas preocupações relativas às condições habitacionais do Equipamento Social Gonçalo Mendes da Maia, na zona da Arroteia, freguesia de Pedrouços. Foi-nos dito que a Câmara Municipal estava a par do que se passava e iria tomar as necessárias providências. Efectivamente, pouco antes das eleições, foi plantado no jardim do dito equipamento um placar pomposo que dizia que as pessoas estão primeiro lugar – este ou outro slogan eleitoral parecido, já não recordamos – e que seriam realizadas obras.

As eleições ocorreram há seis meses, período de tempo que considerámos suficiente para resolver os problemas, pelo que decidimos lá voltar e ver.

Visitámos os mesmos apartamentos e vimos exactamente as mesmas condições, as mesmas paredes descarnadas pela humidade, as mesmas madeiras apodrecidas em rodapés e beirais de janelas, os mesmos tectos negros... enfim. Perguntámos aos moradores sobre a cobertura de amianto do prédio. Disseram-nos

que lá continuava, tendo simplesmente sido tapada por outra cobertura de diferente material.

As obras exteriores, que eram ~~necessárias~~ então, continuam a sê-lo. Mudou apenas a urgência na necessidade, pois o tempo passa, os tijolos são cada vez mais visíveis e as paredes estão cada vez mais esboroadas. Quanto à solução encontrada para o telhado, nem sabemos bem o que dizer, tal o pasmo que nos provoca. É verdade que a cobertura de amianto lá continua? Sabe a Câmara Municipal, a Espaço Municipal, os seus técnicos e altos responsáveis o que implica uma opção dessa natureza? Há alguma perspectiva de se avançar com as obras necessárias, ou deverão os moradores esperar até às próximas eleições autárquicas?



Quase ali ao lado, no outro empreendimento da Arroteia, estão a decorrer obras para tratar o revestimento exterior do edifício. Os moradores dizem-nos com alguma preocupação que as garagens não serão contempladas, apesar de não terem quaisquer garantias nesse sentido, e por isso nos pediram que aqui questionassemos o senhor presidente da Câmara Municipal.

O edifício em causa é um bom exemplo de como deve ser feita a habitação social, garantindo toda a dignidade que se exige. Todavia, a qualidade da construção não nos parece ter sido a melhor, sendo que todos os problemas verificados desde que as habitações foram entregues são mais do que suficientes para justificar esta opinião. E por isso perguntamos também ao senhor presidente se o construtor foi de algum modo inquirido sobre as deficiências da construção ou até responsabilizado pelas mesmas.

Outro assunto que já aqui trouxemos várias vezes é a necessidade de plantio de árvores em locais destinados para o efeito e que, ainda assim, continuam vazios. De novo trazemos um

exemplo de Águas Santas, desta feita em toda a extensão da Rua D. Afonso Henriques, do cruzamento do Alto da Maia até á ponte de Brás Oleiro, onde estão inúmeros canteiros vazios. Na Assembleia de Freguesia os nossos eleitos não conseguem resposta, o que também não é nada de novo. Pois bem: mesmo sabendo que corro o risco de ouvir novos remoques como os que já escutei do senhor presidente da Câmara e do seu vice-presidente, ora por estar sempre a criticar, ora por falar do que não sei, encho-me de coragem, dou o peito às balas, e cá venho novamente perguntar se há solução à vista para as necessidades de arborização na zona que referi.

Por último, tendo em conta a data de amanhã, não poderíamos passar esta intervenção sem aludir à celebração do 1.º de Maio que terá lugar por todo o mundo, saudar todos os trabalhadores, as suas lutas, e em particular os trabalhadores portugueses, onde se incluem os maiatos, que amanhã sairão à rua para celebrar o Dia do Trabalhador.

Cento e vinte e oito anos decorridos da Greve Geral que culminou na chamada Revolta de Haymarket, as reivindicações do movimento operário de então mantêm a sua actualidade histórica. De resto, o movimento revanchista contra as conquistas operárias que se tem acentuado no mundo ocidental, sobretudo nas duas últimas décadas, faz do Dia do Trabalhador, seu património de luta e reivindicação, cada vez mais actual, cada dia mais necessário.

Entre nós, os filhos do povo que há 40 anos saiu à rua para celebrar o primeiro 1.º de Maio em democracia unem as suas vozes para reclamar os direitos então conquistados, um a um obliterados por um governo de marionetas ao serviço dos principais interesses do capitalismo, cuja ferocidade é cada vez menos velada.

Os filhos do povo que há 40 anos fez Abril com Maio no horizonte, e conquistou direitos tão básicos como o direito ao trabalho, direito à dignidade no trabalho, o salário mínimo, saúde e educação de acesso universal, saem hoje á rua porque o direito ao trabalho se tornou numa miragem, porque a dignidade se tornou num empecilho, porque sob designações diversas (ontem POC, hoje CEI, amanhã outra sigla qualquer) tentam justificar que postos de trabalho sejam ocupados com retribuições inferiores ao salário mínimo.

Os filhos do povo que há 40 anos quis erradicar o trabalho à jorna, licitado nas praças, são hoje largados na selva do negócio do trabalho temporário, sem qualquer respeito por garantias tão básicas como uma vida digna ou um futuro com o mínimo de estabilidade.

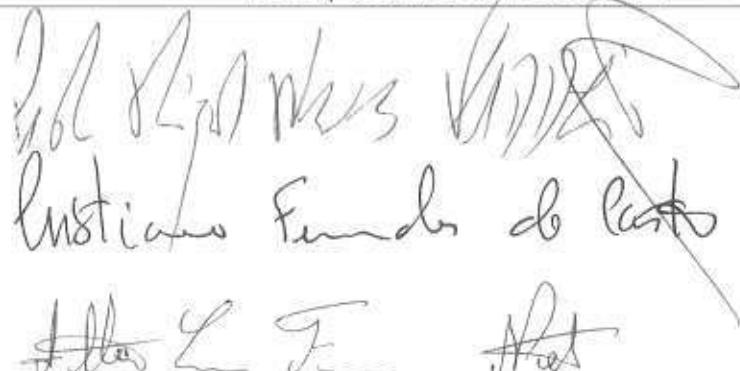
Os filhos do povo que há 40 anos resgatou um país das garras do fascismo são hoje acossados por um governo que os tem por indesejáveis e lhes dá à escolha a emigração ou a pobreza.

Por isso, senhoras deputadas, senhores deputados, sentimo-nos no dever de saudar o 1.º de Maio e assim todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores da nossa terra e do nosso país, saudar as suas reivindicações, os seus anseios, as suas esperanças, a sua luta.

Amanhã, estamos certos, operários e trabalhadores saberão mostrar ao poder instalado a sua força e o seu descontentamento. Lá estaremos nós também, pois é na força de quem vive do seu trabalho que reside a nossa esperança. E é na luta dos trabalhadores que está a raíz do desenvolvimento de uma sociedade mais justa, livre da exploração do homem pelo homem, uma sociedade mais próspera e mais desenvolvida. Lá estaremos,

pois é com os operários e os trabalhadores que queremos construir o futuro.

Maia, 30 de Abril de 2014


Joaquim Francisco Furtado

Os deputados municipais da Coligação Democrática Unitária

COLIGAÇÃO SEMPRE PELA MAIA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exas. Sras. Secretárias da Assembleia Municipal

Exmo. Sr.^{Jia} Presidente da Câmara Municipal

Exmos Srs. Vereadores

Exmos Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta

Exmo. Público

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A Educação é sem dúvida um pilar essencial para a construção de uma sociedade sustentável e inclusiva.

Consciente da sua importância, a Câmara Municipal da Maia, encarou-a desde sempre, como uma área prioritária, como bandeira, na certeza de que a aposta na Educação é uma aposta no futuro, e nesse sentido na melhoria contínua das condições de vida da população Maiata.

Sras. e Srs. Deputados, queria aqui lembrar que a Educação é uma responsabilidade coletiva, e o município da Maia está atento a este refeito e tem privilegiado o trabalho em parceria. O Conselho Municipal de Educação criado em 2013, tem sido o expoente máximo desta participação e colaboração, entre o município e os

COLIGAÇÃO SEMPRE PELA MAIA

diversos atores da comunidade educativa. Também a Assembleia Municipal se vê representada neste órgão.

Neste fórum, todos reconhecem o trabalho de excelência que tem vindo a ser desenvolvido neste concelho, onde a Educação é encarada como uma prioridade, para o alcance de um futuro melhor das nossas crianças e jovens. Permitam-me que aqui apresente alguns dos muitos exemplos disso mesmo, e refiro-me em 1º lugar à excelência do Parque Escolar, onde se verifica que a Maia conta quanto à distribuição dos seus estabelecimentos de ensino na educação pré escolar de um total de 70 estabelecimentos distribuídos entre o ensino público, privado e solidário.



Quanto aos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo da rede pública, com 40 estabelecimentos.

O 2º e 3ºciclos de ensino básico, são ministrados em 7 estabelecimentos de ensino e distribuídos pelas freguesias de Moreira, Nogueira, Pedrouços, S. Mª do Avioso, Vermoim, Gueifães e Águas Santas.

No ensino Secundário, este nível de ensino é leccionado em 5 estabelecimentos, sendo 3 Escolas Secundárias: Águas Santas, Vermoim e Sta. Mª de Avioso e ainda nas EB 2, 3 de Nogueira e Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho.

COLIGAÇÃO SEMPRE PELA MAIA

Em 2º lugar, gostava aqui de sublinhar que o Concelho da Maia conta também com o Ensino Profissional de referência, em Escolas da rede pública como são exemplo as Escolas Secundárias de Águas Santas, Maia e Castêlo, e também com Escolas Profissionais privadas distribuídas por diferentes freguesias do Concelho, que servem como resposta aos jovens que optam, ou são orientados para esta oferta formativa, numa perspetiva mais profissionalizante.



Permitam-me ainda aqui trazer, as medidas de apoio socioeducativo que são uma referência implementada neste concelho e referência a nível distrital, na aquisição de manuais escolares, material escolar, refeições, assim como subsídio para transporte escolar e atividades de apoio à família, que se revelam de extrema importância na democratização do ensino, sendo indispensáveis ao combate à exclusão social, ao abandono escolar e à promoção de uma escola de todos e para todos.

Por fim reconhecer o mérito das Atividades de Enriquecimento Curricular e as atividades de apoio à família, denominadas de CAF e SAF.

COLIGAÇÃO SEMPRE PELA MAIA

Senhor Presidente,



Senhoras e Senhores Deputados



A Coligação SEMPRE PELA MAIA, revê-se neste paradigma assumido para com os Maiatos.

A Educação não é propaganda. Não é nenhuma paixão de circunstância, é sim, uma prioridade para um futuro melhor das nossas crianças e jovens.

Termino, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sublinhando que na Maia, a Educação não é considerada uma despesa, mas sim um investimento, colocando desta forma as Pessoas Sempre em Primeiro Lugar.

Bem haja

Muito obrigado

Maia, 30 de abril de 2014

José Manuel Teal Afons

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Exmas Senhoras Secretárias

Exmo. Senhor Presidente da Câmara e Exmos Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados Municipais

Estimados Maiatos



Esta minha intervenção, aqui, hoje, perante vós, vem no sentido de dar algumas notas sobre o trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência, órgão para o qual fui eleita por esta Assembleia, para assim integrar esta Comissão, em sua representação.

Entendo, pois, ser da maior pertinência, dar-vos nota dos objetivos desta Comissão e também do trabalho desenvolvido, desde a sua composição, nomeadamente, no que diz respeito a esta legislatura (2013-2017).

O Conselho Municipal do Cidadão com Deficiência da Maia é uma instância de diálogo e consulta cujo objetivo é assegurar a participação da pessoa com deficiência na construção da cidade e a realização de políticas e medidas com vista a facilitar a sua integração social, tendo, como uma das suas competências, a promoção, a inserção e o acompanhamento institucional do cidadão com deficiência, visando a sua reinserção ou reabilitação.

Após a sua instalação, que decorreu em setembro de 2010, tem por norma este Conselho reunir bimestralmente. É composto por um representante da Câmara Municipal, um representante da Assembleia Municipal, um representante das Juntas de Freguesia do Município, um representante do Instituto Nacional para a Reabilitação, um representante do Provedor Metropolitano dos Cidadãos com Deficiência e um representante de cada Instituição de Solidariedade Social do Município, cujo trabalho incida na área da deficiência.

Este Conselho, prosseguindo uma atitude de pró-atividade, desde a minha eleição para esta instância, para o quadriénio 2013-2017, realizou já duas reuniões, que tiveram como propósito apresentar as preocupações e contributos para a revisão do quadro normativo regulador da educação especial, nomeadamente o Decreto Lei 3/2008, para o qual foi constituído um grupo de trabalho criado à luz do Despacho n.º 706-C/2014, de 15 de janeiro de 2014.

Senhoras e Senhores Deputados, nos últimos anos, principalmente após a Declaração de Salamanca (1994), tem vindo a afirmar-se a noção de escola inclusiva, capaz de acolher e reter, no seu seio, grupos de crianças e jovens que evidenciem necessidades educativas especiais. Feita a análise de todos os formalismos legais que tutelam este Regime, o das Necessidades Educativas Especiais, e debatida a temática, fez esta Comissão chegar ao já referido grupo de trabalho, algumas sugestões, a saber:

- Da análise de todo o quadro normativo que regula a educação especial, é unânime a sua qualidade em termos latos, sendo igualmente consensual que a sua aplicabilidade obriga à existência de um conjunto de recursos humanos, materiais e financeiros que permita o seu cumprimento;
- Embora seja elementar a reformulação do conceito de aluno com Necessidades Educativas Especiais e a existência de critérios gerais na sua definição, é fundamental que haja a possibilidade de cada agrupamento escolar ter as suas próprias normativas internas dada as suas especificidades sociais, territoriais, económicas, entre outras;
- É decisivo que toda a Comunidade Educativa esteja formada, informada e envolvida nos processos de educação especial. Esta será o primeiro agente a garantir a integração dos alunos com necessidades educativas especiais. Não podemos apenas querer que o mesmo seja assegurado pela equipa de ensino especial;

- Aliado à existência de recursos adequados é importante que a relação professor/aluno/família seja assente numa base sólida e contínua. A estabilidade do corpo docente e não docente permitirá que as relações/conhecimento dos alunos sejam cada vez maiores e com isso alcançar avanços na integração individual de cada aluno/família;

- Se por um lado o papel das Instituições Sociais se assume de elevada importância para a qualidade de vida das pessoas com deficiência, não é menos verdade que se afigura de extrema relevância a definição de um Plano Individual de Transição, onde o aluno com necessidades educativas especiais assume o papel central, procurando a inserção social também nas instituições da comunidade (públicas, privadas ou sociais), devendo recuperar-se o conceito de emprego protegido, que satisfaça as necessidades tanto do cidadão como da comunidade.

Tendo real noção dos contextos educativos do nosso Município, atentando com pormenor, não só nas suas dificuldades, mas também nas suas potencialidades, foram estas as considerações que entendemos como as mais oportunas.

Ao longo de todo o processo de análise, discussão e apresentação de propostas, vigorou entre todos os elementos deste Conselho o respeito, a consideração e a preocupação de tentar proporcionar aos cidadãos que apresentem quadros sintomatológicos compatíveis com necessidades educativas especiais, acesso a um ensino democrático e inclusivo, orientado para o seu sucesso e realização pessoal ~~dos alunos~~.

Tenho dito.

A Deputada Municipal eleita pela "Coligação Sempre Pela Maia"

Susana Filipa Coelho Rafael

30.Abril.2014



MOÇÃO

MOBILIDADE E TRANSPORTES

Considerando a imperiosa necessidade da construção de uma alternativa rodoviária à superlotada EN14 que serve os Concelhos da Maia; Trofa e V.N.Famalicão;

Considerando a justa reclamação das populações, a posição consentânea assumida pelos autarcas e por todas as forças políticas para a urgência da construção e abertura da Variante Nascente à EN 14 desde o nó do Jumbo, na MAIA até V.N.Famalicão;

Considerando que os Transportes Públicos são um serviço vital de garantia de mobilidade das pessoas em condições ambientais, territoriais e sociais sustentáveis;

Considerando que os Transportes Públicos, são fundamentais para garantir a coesão territorial, a aproximação de freguesias e concelhos e populações entre si;

Considerando que o nosso Concelho tem uma importante rede de Transportes Públicos (STCP e Metro). No entanto, continua a não ser coberta em muitas localidades e freguesias por um adequado serviço de transportes públicos e noutros casos não circulam em horários regulares e ajustados às necessidades da população;

Considerando que na análise da problemática dos transportes e mobilidade no nosso Concelho não é despiciente que uma parte significativa da população ficou limitada na sua mobilidade pela introdução de portagens em auto-estradas como a A28 e que têm como alternativa ao uso do automóvel os serviços públicos de transportes.

Considerado que os serviços públicos de transportes têm sido objecto de ataque, com particular ênfase nos últimos anos através, nomeadamente, do aumento tarifário, a degradação do serviço e da oferta e a redução de pessoal com consequências óbvias em primeiro lugar para a população;

Considerando que nos últimos anos a qualidade do serviço foi notoriamente lesada em prejuízo dos utentes, como se prova ao olharmos para a STCP onde, de 2010 a 2013 houve uma redução da frota (-14 autocarros), do número de trabalhadores (-265) e da oferta de serviços (-3 milhões de km anuais);

Considerando que o grosso da dívida das empresas públicas de transportes provém de encargos financeiros. Em 2012, os juros da dívida foram responsáveis por 86.3% dos prejuízos destas empresas. Há mais de uma década que os encargos financeiros superam largamente os prejuízos operacionais, sendo que, na maior parte destas empresas, a taxa de cobertura das despesas operacionais por receitas está muito acima da média europeia e supera já os 100%.

As dívidas das empresas de transporte não têm uma origem operacional, mas sim nas décadas de subfinanciamento público crónico. É sabido que as indemnizações compensatórias, além de erráticas e atrasadas, nunca foram suficientes para cobrir as despesas operacionais e muito menos os investimentos de infraestruturação.

A falta de financiamento foi sendo compensada por empréstimos bancários associados, em muitos casos, a derivados especulativos.

Considerando que o documento intitulado Modelo de Abertura à Iniciativa Privada do Serviço Público de Transporte de Passageiros na Área Metropolitana do Porto, de Fevereiro de 2014, refere que "**a gestão do serviço público de transportes de passageiros apenas será entregue a operadores privados caso se observe uma forte evidência de que essa entrega significará uma melhoria no cumprimento dos objetivos [...] mencionados**"

Considerando que a privatização da gestão dos serviços de transporte não resolverá nenhum dos problemas que se confronta o Serviço Público de Transportes. Antes, aprofundará as medidas de aumento de preços, de redução de trabalhadores e de corte nos serviços prestados, reduzindo a oferta, com evidentes consequências negativas para a sociedade.

*A Assembleia Municipal da Maia, reunida a 30.04.2014, pelas
21h30m, decide:*

- Considerar prioritária a obra de construção variante EN14 e reclamar medidas e apoios necessários ao inicio da Obra;
- Apoiar todas as iniciativas da Autarquia em prol de uma obra urgente que afecta a mobilidade dos maiatos;
- Enviar esta Moção à Assembleia Municipal da Trofa, à Assembleia Municipal Famalicão, à Assembleia da Republica, Primeiro-Ministro, Ministro da Tutela e Secretário de Estado dos Transportes.

O GRUPO MUNICIPAL BE – BLOCO DE ESQUERDA

Silvestre Pereira e António Neto



MOÇÃO

40º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL E O 1º DE MAIO COMEMORAR ABRIL LUTANDO EM MAIO

Considerando que se comemora o 25º de Abril que nos trouxe a liberdade e a democracia fruto da luta abnegada do povo português e do papel reconhecidamente crucial dos Capitães de Abril;

Considerando que o Movimento das Forças Armadas em aliança com os trabalhadores e demais camadas populares pôs fim a um regime fascista caracterizado pela servidão, tortura, exílio, fome e miséria, censura e por uma Guerra Colonial injusta e humilhante;

Considerando que se assiste a política que tem conduzido o País ao empobrecimento sob o garrote de uma austeridade sem limites;

Considerando que o Concelho da Maia sofre as políticas de austeridade, com o aumento do desemprego, das insolvências e consequentemente da pobreza;

Considerando que se assiste a um ataque aos alicerces do nosso sistema Constitucional;

Considerando que se assiste a um intencional ataque às funções sociais do Estado;

Considerando que há que valorizar, dignificar e comemorar o 40º aniversário do 25 de Abril como momento de afirmação da liberdade e da democracia;

Considerando que será 40º ano que se festeja e luta no 1º de Maio em liberdade;

A Assembleia Municipal da Maia, na sessão ordinária realizada a 30 de Abril de 2014, delibera:

- 1. Saudar o 40º aniversário do 25 de Abril e os Capitães de Abril que tornaram possível um Portugal livre e democrático;**
- 2. Apelar à participação dos Maiatos no 1º de Maio e desejar que seja uma manifestação de festa e luta por um Portugal melhor e**
- 3. Remeter esta Moção a Assembleia da República, Associação 25 de Abril, Associação Conquistas da Revolução, CGPT/IN e UGT e Órgãos de Comunicação local.**

Pelo Grupo Municipal BE- Bloco de Esquerda
Silvestre Pereira e António Neto

João Couto Lopes
Rua A nº 33
Urbanização da Bouça Grande
4470-719 Vila Nova da Telha – Maia

ELÉITOR N° 5860

Maia 30 de Abril de 2014

Assunto: Passagem para o centro de Saúde de Pedras Rubras e contentores do lixo.

SCA

Assembleia Municipal da Maia Acessibilidades

Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da mesa da Assembleia, aos restantes membros da mesa, ao Sr. Presidente da Camara, Senhoras/Senhores Deputados, e a todos presentes na sala.

VERA ADP/BZS

Perdoem-me os presentes, mas primeiro quero agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia a sensibilidade que teve ao ter aceite o pedido por escrito no dia seguinte ao da ultima Assembleia Municipal.

Para informação de todos o motivo de ter contactado o Sr. Presidente da Assembleia foi por motivo de saúde ou falta dela, para quem não sabe sou biamputado dos membros inferiores, por esse facto por vezes tenho dores horríveis, as chamadas dores fantasma, foi esse o motivo da minha ausência.

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome Jóhn CECRTO hOPES
Morada RUA A N°33
Freguesia VILA NOVA DA TELHA
Código Postal 4470-719
Contato telefónico 938484329
E-mail Johncerto.hopes@gmail.com

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

PREGONERIA PARA O CENTRO DE SAÚDE DE PEGAS RUBRAIS
E CONCERTADORES DO LIXO.

Maia, 20/04/2014

(Assinatura) [Assinatura]

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p>Período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none">No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público;O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos;Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido;O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão;	<p>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none">A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento;Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o nº 3 do citado artigo 42.ºFindo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

Exmo. Sr. Presidente, Eng. Bragança Fernandes, em Assembleias anteriores coloquei alguns casos, o de não se poder circular nos passeios pelo facto de os contentores de lixo nos passeios serem um obstáculo diário (nos 5 dias da semana) para quem anda em cadeira de rodas e não só, sugeri que o horário da recolha do lixo fosse o que antes era praticado, ou seja a partir das 21,00 horas, assim não dava tanto trastorno a quem nos passeios precisa de andar, após isto recebi uma comunicação da pessoa responsável pelo departamento onde diz que este horário é experimental, o certo é que os obstáculos continuam a criar dificuldade ás pessoas, sem que alguém tome medidas.

Sr. Presidente, não podemos passar por cima de coisas básicas e fundamentais como é a circulação e mobilidade dos Cidadãos, peço ao Sr. Presidente que tome este caso em mãos, e lhe dê o seguimento que todos ansiamos, ver os passeios livres pelo menos durante o dia.

Sr. Presidente, já lhe agradeci o ter criado uma passagem ainda que precária para o Centro de Saúde de Pedras Rubras, na altura que foi feita a passagem ficou tudo direitinho na ligação com a rua Santo Lenho, mas as águas da chuva levaram parte do saibro e do cascalho, tendo ficado ali um fosso pondo em dificuldade quem por ali passa em cadeira de rodas, (como a foto que aqui anexo demonstra) Sr. Presidente ao ser enviado lá um equipa de trabalho, convinha que recalcassem com um cilindro o piso em toda a extensão apertando-o, porque tem muitas pedras soltas dificultando o movimento em cadeira e a eventualidade de se torcer um pé, estou certo de que V. Exa. vai dar a melhor atenção a este pedido com urgência, para bem de todos os habitantes que por ali tenham de passar e são muitos.

Os meus respeitosos cumprimentos

João Couto Lopes



30.4.2014 14:37





CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

+speede ve
Parece ordinaria BSA
de 30/5/14

Ex.mo Senhor

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 28
Em 34/04/2014

Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
MAIA

Ofício nº 3.457

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Exa. e através de V. Exa. à
Exma. Assembleia Municipal, a presente Informação.

Esta Informação sobre a Actividade do Município vai ser presente à
Assembleia Municipal aquando e na circunstância da realização da sua 2ª Sessão
Ordinária do ano de 2014.

Nesta Sessão de Abril, a Assembleia Municipal terá à sua consideração,
análise e votação documentos da máxima importância e de grande relevância na
vida do Município. De salientar, por entre eles, os relatórios e as contas da gestão
da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados relativos ao ano de 2013.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Esta será uma oportunidade e um momento em que se poderá realizar um balanço e uma análise de tudo o que foi empreendido no nosso Município no ano transato, as obras, os empreendimentos, as iniciativas, os projetos que levámos a efeito, os apoios sociais concedidos aos que de nós mais necessitam, os apoios financeiros e em espécie às IPSS, os apoios da mais variada ordem às associações desportivas e culturais e, de uma forma genérica, a tudo o que respeita à vida do nosso Município no último exercício autárquico.

E, bem assim, a Assembleia Municipal apreciará a expressão financeira que tudo isso teve numa perspetiva enquadrada, global e contextualizada, tendo por processo enformador uma análise centrada no que isso se traduziu e refletiu em termos de contas, de fluxos financeiros, de encargos e de responsabilidades que o Município cumpriu. Tudo isto tendo por base e quadro a consolidação e a estabilização sempre crescente das finanças municipais no reforço da sólida base com que nos estamos a dotar com vista a encarar com serenidade o futuro, os reptos e as dificuldades que este nos trará.

Ao momento, e após o breve espaço de tempo decorrido entre a última vez que me dirigi, por escrito, à Assembleia Municipal, pontuaria e salientaria um ou outro aspecto em que se traduziu a nossa acção e a nossa vida colectiva:



1- A Câmara Municipal deu mais um importante passo no sentido da

designada "desmaterialização documental" que consiste, basicamente, na circulação de documentos por meios eletrónicos. Isto é, pretende-se que o tratamento de processos, de informações, de correspondência, de conferência de faturas e de toda outra documentação passe a estar isento de sua circulação em papel impresso, sendo-o, sim, inteiramente, em formato digital.

Este é um dos itens fundamentais da "modernização administrativa" que visa simplificar, desmaterializar, desburocratizar, aumentar a celeridade e, bem assim, promover a transparência e a proximidade ao Cidadão.

No dia 11 de Março demos mais um importante passo nessa caminhada: fizemos a apresentação pública do projeto a que chamámos de "e-paper" que tem em vista a receção e o tratamento e tramitação interna, inteiramente em formato digital, de processos que respeitem às diversas operações urbanísticas.

A título de informação refiro que, desde o início do ano de 2012, estamos a proceder à digitalização dos processos que se encontrem em arquivo de obras de edificação submetidos por particulares que se encontrem concluídos, isto é, que possuam licenças de utilização emitidas. Mediante a aquisição de uma solução que comporta equipamento específico e software que se encontra totalmente



operacional, vamos já com cerca de 1.500 processos digitalizados, permitindo aos nossos Serviços o seu acesso e a sua consulta imediata, simplesmente à distância de um "clic". De referir que este sistema e procedimento foi-nos fundamental, em termos de celeridade, aquando do processo de reavaliação do IMI.

Mas voltando ao "e-paper", este poderá ser caracterizado por ser uma ferramenta informática que, ao trabalhar de forma complementar com as aplicações já existentes, tem o seu foco na gestão e manuseamento, em formato inteiramente digital, de toda a documentação submetida do exterior ou produzida internamente, tais como requerimentos, ofícios, formulários, peças desenhadas, entre outros, que normalmente são produzidos e consultados em papel.

Esta solução permite a desmaterialização dos documentos entregues pelos requerentes (toda a tramitação de documentos é feita em formato digital, sem necessidade de recurso aos processos em papel) e garante as tarefas necessárias para o registo de entrada, manuseamento, análise e apreciação de processos, com total segurança, máximo rigor e maior transparência, salvaguardando também o cumprimento do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

Outra das suas componentes é a facilidade de envio do processo para consulta das entidades externas ao município, agora efetuada em



exclusivo através do Portal do SIRJUE – Sistema Informático do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, quando se trata de consulta efetuada em razão da localização (serviços administrativas e/ou restrições de utilidade pública), podendo também ser utilizado para promover as consultas de outra natureza (em razão da atividade a desenvolver e de algumas especialidades).

De acordo com as especificações técnicas subjacentes à solução informática e-Paper, foram definidas as normas para a entrega dos processos de operações urbanísticas e requerimentos conexos em formato digital, estando disponíveis, na página de internet da Câmara Municipal, toda a informação necessária para a correta apresentação dos pedidos em formato digital, bem como um endereço eletrónico específico para eventuais esclarecimentos e apoio técnico.

Ao momento, e até ao dia 2 de Junho, decorre um período transitório em que ainda se aceitam processos em papel, pelo que a partir dessa data tudo terá de ser processado em formato eletrónico.

Uma palavra final acerca deste assunto e para referir que se encontra em curso uma terceira componente deste projeto integrado de desmaterialização, cujo arranque temos previsto para o segundo trimestre deste ano, e que diz respeito à implementação de circuitos de tramitação interna/externa - workflow - relativos às várias tipologias



BK

BB

AF

de pedidos inerentes às operações urbanísticas. Esta componente irá possibilitar que as atividades desempenhadas no âmbito de um processo estejam pré-definidas, sistematizadas, possibilitando ainda o envio em simultâneo para diversos intervenientes e o controlo rigoroso de prazos, bem como a emissão de alertas vários, que permitem uma melhor gestão interna dos vários assuntos e dos recursos humanos disponíveis, com a possibilidade de aferir indicadores de modo a identificar oportunidades de melhoria.

2- Desde já há cerca de um ano que disponibilizámos, no edifício sede da Junta de Freguesia de Águas Santas, o acesso ao Município a um conjunto alargado de Serviços da Câmara mediante um "Posto de Atendimento Municipal". Este posto de atendimento, descentralizado e de proximidade, visou facilitar o acesso do Cidadão a um conjunto de valências e serviços sem ter de se deslocar aos Paços do Concelho. Com este processo de descentralização quisemos promover a aproximação do Município à sua Câmara Municipal facultando-lhe, localmente, um vasto conjunto de valências e de serviços tais como de informação, de receção de requerimentos, de consulta de estado de processos, de apresentação de pedidos e de outra e variada índole, facilitando a vida a um vasto grupo de Municípios que se encontram na área de influência e geograficamente perto de Águas Santas. Em



frutuoso acordo com a Junta de Freguesia, e tomando partido das excelentes instalações do edifício em causa, deslocámos para lá nossos Funcionários de atendimento que têm prestado um valioso serviço à População.

Mas tudo isto teve uma evolução e, em Março deste ano, e no mesmo local, passámos a ter um "Balcão Multi Serviços". Agora, e em estreita colaboração com a "AMA" – Agência para a Modernização Administrativa, da Presidência do Conselho de Ministros, os nossos Municípios poderão encontrar, tratar e aceder a Serviços em Águas Santas tais como os da ADSE, da Caixa Geral de Aposentações, da Direção Geral do Consumidor, do IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, do Automóvel Club de Portugal, do Portal do Cidadão e do Instituto da Segurança Social.

Com mais este passo reforçamos o nosso compromisso de aproximação e de proximidade tendo em vista o "conforto" do Cidadão na sua relação com a sua Câmara Municipal.

3- Em meados de Março decorreu nos Paços do Concelho o ato de entrega oficial do Certificado de Conformidade com a NP EN ISO 9001:2008 – o "certificado em qualidade" –, aos seguintes Serviços Municipais que obtiveram essa certificação no ano de 2013:



- Apoio Administrativo;
- Apoio Jurídico e Contencioso;
- Juventude;
- Recursos Financeiros e Patrimoniais (Documentos Provisionais e Prestação de Contas).

O que, e a acrescer à revalidação do certificado aos outros 20 (vinte) Serviços /Processos que já o haviam obtido, elevam a vinte e quatro os Serviços da Câmara Municipal certificados em qualidade. Ora isto, só por si, deixa-nos e aporta-nos satisfação, pois poucos serão os Municípios do País que estejam em fase tão avançada como nós.

Todavia, estamos bem certos de que quando hoje se fala em Qualidade em autarquias não nos referimos a um assunto técnico, que tenha por base o cumprimento de especificações de um produto, mas pretende-se, sim, significar uma consideração estratégica em que a Gestão de topo e toda a organização se deve envolver e empenhar.

O fim e o objetivo de todo o processo é a prestação de melhores, mais céleres e assertivos serviços a quem no-los solicita.

É isto que, permanentemente, buscamos.

4- Continuando o nosso esforço de divulgação do Concelho, estivemos presentes na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, Feira Internacional de Turismo, no Parque da Nações. Sendo este o maior evento a nível nacional dedicado ao turismo, ocupámos um espaço de 120 m² de



A handwritten signature in black ink, likely belonging to the Mayor of Maia, is positioned in the top right corner of the page.

exposição integrados no dedicado à Entidade do Turismo do Porto e Norte de Portugal. Apresentámo-nos com a “Maia – Cidade Europeia do Desporto 2014”, com produtos regionais dos doces ao vinho, e bem assim, com a nova brochura promocional alusiva ao turismo da região e a nova página da internet onde se destaca um conjunto de funcionalidades inovadoras.

5- O ano de 2014 será o ano de confirmação da Maia, enquanto município do desporto em Portugal.

Através de um grande envolvimento com a sociedade, nas duas vertentes sociais ligadas ao desporto, espetadores e praticantes, a Maia viu o seu esforço recompensado ao ser escolhida para “Cidade Europeia do Desporto 2014”.

A aposta em envolver a sociedade no fenómeno desportivo tem como objetivo, torná-la mais ativa e saudável, emocionalmente envolvida pela competição, tendo como princípio o respeito e a ética pelos adversários e pelos demais participantes.

O Município da Maia pretende ainda que a sociedade fique mais atenta e conhecedora dos benefícios associados à prática desportiva relacionada com áreas como a saúde, a alimentação e até mesmo o desempenho profissional.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Através do desporto, a Maia deseja elevar os valores emocionais inerentes à prática desportiva e apoiar os seus praticantes, procurando com isso construir uma sociedade sustentadamente ativa e saudável, participativa e competitiva, responsável e feliz.

O ano de 2014 não será um ano único na vida do desporto na Maia, mas sim o respeitar e continuar de todo um ciclo que começou há aproximadamente 30 anos. A estratégia nos primeiros anos incidia numa forte aposta no investimento em grandes equipas/atletas com o intuito de atrair a atenção dos media e promover a prática desportiva através do seu exemplo o qual que se torna motivador para o público. Com a mudança de paradigma socioeconómico, nos últimos anos o posicionamento estratégico tem vindo a ser alterado para "o desporto para todos", através da difusão e facilitação da prática desportiva.

Ao momento, podíamos elencar e fazer algumas referências ao programa já cumprido, todavia deixámo-lo para nova oportunidade.

6- A "Maiambiente, EEM", e uma vez mais, colocou e posicionou a Maia bem alto no seio das instâncias da União Europeia. Agora, e no âmbito de um concurso denominado de "Regiostars" que tinha em vista o reconhecimento dos melhores projetos da Europa em quatro



áreas, a nossa "Maiambiente" concorreu no sector "Crescimento Sustentável". Apresentou o seu projeto "Ecoponto em Casa" que, e ao momento, é um dos projetos finalistas, o que só por si, e mesmo que, eventualmente, por aqui se ficasse, já seria motivo de grande orgulho e um prémio em si.

7- É minha intenção passar a apresentar um reporte financeiro neste documento de "Informação à Assembleia Municipal". Todavia, e como esta Informação em concreto é a que respeita à Sessão em que vão ser apreciadas as Contas da Câmara Municipal, esse reporte está lá contido.

8- Quanto aos "Passivos Contingentes", à data de 31 de Março, apresento relação em anexo ao presente documento.

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 1.568.216,70 |
| b) Dotações orçamentais – | 2.533.274,05 |
| c) Dotações não orçamentais – | 3.949.281,75 |



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Bragança Fernandes".

A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Bragança Fernandes".

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa. e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 9 DE ABRIL DE 2014,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "António Bragança Fernandes".
(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)



RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

Á data de 31/03/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
1857/05.4.TBMAI	Processo Judicial	Antônio José Maia Moreira Torres	Acordo Judicial
1332/11.8BEPR	Processo Judicial	SABE - Sociedade Administradora de Bens, S.A.	Despacho Saneador
907/13.5BEPR	Processo Judicial	Lusitânia - Companhia de Seguros	Aguarda Sentença
4364/12.5TBMAI	Processo Judicial	Portgreen - Construção e Manutenção de Jardins	Articulados
5887/11.4TBMAI/A	Processo Executivo	Condomínio Edifício Venepor	Sentença favorável (aguarda devolução da caução)
2687/13.5BERT	Processo Judicial	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	Articulados
916/12.1BEPR	Processo Judicial	Construções Ferreira da Costa, S.A.	Recurso
3018/13.0BEPR	Processo Judicial	Sindicato Nacional Administração Local	Articulados
3753/11.7BEPR	Processo Judicial	Ana Rita Santos Moreira Fernandes	Articulados
738/13.2CEPRT	Processo Judicial	Gara-Malhas - Confeções, L.da	Prova Pericial
5343/12.8TBMAI	Processo Judicial	Adm. Condominio D Afonso Henriques/Folpredi - Construção I	Interveniente Acidental - Pedido de documentos
40311.5BEPR	Processo Judicial	Gonçalo Oscar da Silva Martins	Articulados
1114/10.4TBMAI	Processo Judicial	Antônio Malheiro Alves e Outros	Prova Pericial
3471/11.6BEPR/T AP. A	Processo Judicial	STAL e José Manuel Amorim Silva	Articulados
18/13.3BEPR	Processo Judicial	STAL	Aguarda Sentença
985/10.9BEPR	Processo Judicial	Helena Paula Teixeira Guedes de Oliveira e Outros	Articulados
1761/10.4BEPR	Processo Judicial	José Fernando Lopes Teixeira Silva	Articulados
382/13.4BEPR	Processo Judicial	Augusto da Silva Pereira	Articulados
1508/11.8BEPR	Processo Judicial	Cassiano Ribeiro/Eliana Marisa	Articulados
2533/11.4BEPR	Processo Judicial	BP - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	Articulados
3278/12.3BEPR	Processo Judicial	Petróleos de Portugal - Petrogal S.A.	Articulados
2101/07.5TBMAI	Processos Judicial	Mário Jorge Pinho Casimiro e Outros	Prova Pericial
1930/10.7BEPR	Processo Judicial	Maria Clara Castro - Unipessoal, Lda	Sentença Favorável
3423/11.6BEPR	Processo Judicial	Fernando Pedroso, L.da e Outros	Audiência Prévia - Suspensão Instância 90 dias
2826/11.0BEPR	Processo Judicial	Luis Fernandes Rodrigues	Articulados
870/11.7BEPR	Processo Judicial	Portgás	Recurso
2602/13.6BEPR	Processo Judicial	Federação Nacional Trabalhadores Funções Públicas e Sociais	Sentença Favorável Município
1891/06.7BEPR	Processo Judicial	Maria Manuela de Castro Monteiro	Sentença Favorável Município
1098/13.7BEPR	Processo Judicial	José da Mota Pereira e Outros	Articulados



RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

Á data de 31/03/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
204/09.5TBMAI	Processo Judicial	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto Sónia Maria Faria Gonçalves Santos Liberty Seguros, S.A. A.J.Monteiro	Negociação/Acordo Aguarda Marcação Audiência Julgamento Julgamento Aguarda Sentença
2118/095BEPRT	Processo Judicial	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
289/13.1BEPRT	Processo Judicial	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1073/11.6BEPRT	Processo Judicial	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
690/08.6BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
501/09.BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1674/09.2BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1675/09.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
2030/09.8BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1708/07.5BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Articulados
2756/09.6BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Paulo Guedes, Eliana Camisão	Articulados
1200/05.2BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
2115/04BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
2041/04BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
1079/01	Processo Judicial	Jaime Ribeiro & Filhos	Prova Pericial
2459/12.4BEPRT	Processo Judicial	Companhia Seguros Fidelidade-Mundial	Sentença Favorável Município
3468/11.6BEPRT	Processo Judicial	Matriz - Sociedade de Construções L.da/J.F. Milheiros	Interveniente Acidental - Pedido de pagamento
Aguarda atribuição do número pelo tribunal	Oposição à Execução Fiscal	44A - Imobiliária e Turismo	Articulados
1726.10.6BEPRT	Processo Judicial	Mais Maia , Promoção Imobiliária, Unipessoal, L.da	Aguarda Marcação Audiência Julgamento
2617/09.9BEPRT	Processos Judiciais	JSP - Transportes de José Silva Pereira, Lda	Articulados
Aguarda atribuição do número pelo tribunal	Oposição à Execução Fiscal	Prumo Certo Investimentos Imobiliários, L.da	Articulados
2046/06.6BEPRT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
760/06.5BEPRT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1374/06.5BEPRT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
181/05.7BEPRT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
2225/05.3BEPRT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
2895/06.5BEPRT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1867/05.1BEPRT	Impugnação Judicial	Portgás	Recurso/Sentença Favorável Município
1004/05.2BEPRT	Impugnação Judicial	Portgás	Articulados
271/09.7BEPRT-CB	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
430/09.2BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
919/09.3BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
921/09.5BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados



RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

Á data de 31/03/2014

PROCESSO	Natureza	AUTOR	FASE
1442/09.1BEPRT 4416/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
5697/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
7129/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
8419/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
9557/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
11359/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
12645/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
12655/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
14291/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
2258/10e 2279/10	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
1604/08.9BEPRT	Ação Ad. Comum Ordinária	Maria de Jesus Assunção Carvalho Parchão	Aguarda Despacho Saneador
2192/12.7BEPRT	Ação Administrativa Comum Ordinária	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Aguarda Audiência Prévia
1442/09.1BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
4416/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
5697/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
7129/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
8419/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
9557/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
11359/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
12645/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
12655/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
14291/09 e Apenso	Oposição à Execução Fiscal	Portgás	Articulados
2258/10e 2279/10	Oposição à Execução Fiscal	Maria de Jesus Assunção Carvalho Parchão	Aguarda Despacho Saneador
1604/08.9BEPRT	Ação Ad. Comum Ordinária	ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Aguarda Audiência Prévia
2192/12.7BEPRT	Ação Administrativa Comum Ordinária	Ernesto S. Simão	Aguarda Sentença
646/04.8BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1276/08.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1669/08.3BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
687/09.9BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1676/09.9BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
2327/09.7BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
3250/09.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
292/10.7	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
416/10.4	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
878/10.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
416/10.4	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
878/10.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados
1383/10.0BEPRT	Oposição à Execução Fiscal	Centro Empresarial da Maia	Articulados



RELAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

À data de 31/03/2014

FASE	AUTOR	Natureza	PROCESSO
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	2087/10.9BEPRT
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	3324/10.5BEPRT
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	1627/10.8BEPRT
Sentença Judicial favorável	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	1139/10.0BEPRT
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	Aguarda atribuição do número pelo tribunal
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	Aguarda atribuição do número pelo tribunal
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	Aguarda atribuição do número pelo tribunal
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	Aguarda atribuição do número pelo tribunal
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	Aguarda atribuição do número pelo tribunal
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	Aguarda atribuição do número pelo tribunal
Articulados	Centro Empresarial da Maia	Oposição à Execução Fiscal	2049/05.8BEPRT
Articulados	Renato Nuno Silva Azevedo	Ação Ad. comum de reconhecimento de direito	1165/1998
Articulados	Maria Luisa Mendes de A. Chaves Ferreira	Ação de processo ordinário	4817/06.4TBMAI
Articulados	Maria Cândida da Cruz Moreira Ventura	Ação de processo ordinário	6651/13.3BEPRT
Articulados	Mapfre - Seguros Gerais, S.A.	Ação Administrativa Comum Sumaríssima	1953/13.4BEPRT
Articulados	Liberty Seguros, S.A.	Acção Administrativa Comum Sumaríssima	391-A/96
Acordo/Negociação	Salvador Goyri Pacheco/Manuel Martins Almeida	Processos Judiciais	1850/05.7BEPRT
Articulados	Manuel Fernando da Costa Pereira & Conceição, Lda	Processos Judiciais	191/04.1TYVNG
Reclamação de Créditos sobre a massa insolvente	Imobalbos - Gestão Imobiliária	Processos Judiciais	135/07.9TYVNG
Reclamação de Créditos sobre a massa insolvente	António de Almeida e Sucrs., Lda	Processos Judiciais	1936/06.0BEPRT
Sentença Favorável Municipio	Irmãos Borges - Imobiliária, Lda	Processos Judiciais	177/03-A
Prova Pericial	Maria Albina Sousa Maia	Processo Judicial	5985/13.4TBMAI
Liquidação sentença	Debina Flor Vieira da Silva Cruz e outro(s)	Ação de Processo Comum	1357/03
Audiência de Julgamento marcada	Manuel Lobão/Virginia Regufe	Execução Sentença	1137/12.9BEPRT
Audiência de Julgamento marcada	Fernando Alberto Ferreira de Araújo	Acção Ad. Comum - Sumária	2123/13.7BEPRT
Audiência de Julgamento marcada	Aníbal Carvalho Machado e Outros	Acção Ad. Comum - Forma Ordinaria	2822/13.3BEPRT
Articulados	Manuel Monteiro Correia	Acção Ad. Comum - Sumária	2223/12.0BEPRT
Articulados	Petrogal,S.A.	Impugnação Judicial	2223/12.0BEPRT
Articulados	Petrogal,S.A.	Impugnação Judicial	180/14.8BEPRT
Articulados	Eduardo Fernandes e Esposa	Acção Especial Impugnação Acto Administrativo	556/14.0BEPRT
Elaboração contestação	Fideliidade - Companhia de Seguros, S.A.	Acção Administrativa Comum	224/14.8BEPRT
Elaboração contestação	Lusitânia - Companhia de Seguros	Acção Administrativa Comum	312/14.6BEPRT
Elaboração contestação	Nextpower - Comunicação, L.da	Acção Ad. Especial conexa com Actos Adm	2304/12.0BEPRT
Recursu/Sentença Favorável Municipio	STAL-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local	Acção Administrativa Comum	60/14.7BEPRT
Articulados	Agoreana- Companhia de Seguros, S.A.	Acção Administrativa Comum	

Nº feito de S. Presidente / cumprimento os nºs da p. Documento 14

S. Vice Presidente / P. Varela - que pede / Sua deputado /
Cumprimentos genéricos

Eduardo Paixão

A minha intervenção visa questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a acção continuada de não cumprir a Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

Mais uma vez a 'Informação' que o Senhor Presidente disponibiliza a esta Assembleia encontra-se incompleta e, por via disso, ferida de legalidade.

Já na 1ª Sessão Ordinária realizada em 28 de Fevereiro o Deputado do Partido Socialista (PS), Pedro Miguel Monteiro Martins, alertava para o não cumprimento por parte do Senhor Presidente no que concerne ao que Lei 75/2013 exige.

Os deputados eleitos pelo PS, no estrito cumprimento daquela que é a sua função democrática nesta Assembleia, vêm, mais uma vez denunciar o incumprimento do disposto e clamar pela sua reparação.

Se o Nº 2 do Artigo 25 afirma que compete à Assembleia analisar a informação escrita fornecida pelo Presidente da Câmara sobre a actividade desta e sua situação financeira,

No Nº 4 do artigo 35, estão descritos um conjunto de informações que o Senhor Presidente da Câmara tem de fornecer à Assembleia Municipal e aos seus Deputados Municipais. Os documentos exigidos ao Senhor Presidente de Câmara vão mais longe do que a mera informação genérica. Neles se deve incluir, nomeadamente:

- Saldo e o estado das dívidas a fornecedores ←
- Reclamações
- Recursos hierárquicos
- Processos Judiciais pendentes, com indicação da respectiva fase e estado

Registamos a evolução positiva na informação disponibilizada quando comparada com a anterior, mas a mesma continua a ser insuficiente e deficitária para cumprir a lei.

Assim, e até que o cumprimento da lei seja uma realidade, o PS continuará a vir - sessão após sessão - a esta tribuna denunciar e exigir que a lei seja respeitada
Integram Presidente

Tenho dito



Bloco de Esquerda
Maia

Sr. Presidente da Câmara
Sr. Presidente da Assembleia Municipal
Srs. Vereadores
Srs. Deputados
Exmo. Público Presente
Digníssima imprensa

A Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2013, ocorre num momento em que o programa da tróica está a terminar mas que nem por isso o drama para o nosso povo não tem fim à vista! O agravamento das condições de vida dos portugueses provocada pelas medidas recessivas impostas pela tróica e levadas a cabo pela maioria PSD/CDS que nos governa, em completa subserviência aos mercados e subserviência à Sra. Merkel impuseram e vão continuar a impor consequências dramáticas ao país que todos sentimos e com reflexos gravíssimos nos cidadãos Maiatos.

Com efeito, no nosso concelho, o desemprego é de cerca 16% da população ativa e nos jovens este flagelo é ainda mais grave e é já de cerca de 34 %! E diminuiu fruto da emigração destes na busca de melhor futuro fora daqui!....

O número de empresas e pessoas insolventes continua a aumentar, o índice de pobreza também, as desigualdades são cada vez maiores, os salários e os rendimentos do trabalho são cada vez menores e depois de tudo isto, temos uma dívida em 3 anos de governança do PSD/CDS aumentada em 30.000 milhões, é esta a grande obra do governo e da troika!

Esta Assembleia acontece no dia 30 de Abril de 2014, amanhã teremos a comemoração do 1º de Maio, vivemos um momento de forte retrocesso nos direitos de quem trabalha e a pretexto das chamadas reformas do estado, tudo se retira que proteja os mais fracos, a precariedade é cada vez mais normal, o trabalho sem direitos e por qualquer preço é um objetivo conseguido pelo governo. Mas em sentido inverso as grandes fortunas dos mais ricos não para de aumentar vergonhosamente!

É isso, que a habitação, a saúde, o ensino, a cultura e as pensões passaram a ser considerados um custo e não um direito a que todos devemos ter acesso, tal como assegura a Constituição da República!

A pretexto da reforma do estado, que não tem sido mais do que cortes e desinvestimento, assistimos ao maior ataque de que há memória ao poder autárquico, são propostas leis confusas que apenas diminuem o poder democrático decisivo dos Municípios e de outros órgãos autárquicos, aos quais são impostos


autênticos garrotes financeiros que impedem ou limitam o seu funcionamento e em consequência de desenvolver os seus territórios e de criarem melhores condições de vida para as suas populações, como são exemplos concretos a necessidade urgente de requalificação da habitação social e até de novas habitações ou para infraestruturas viárias sem que aos municípios sejam dados meios financeiros para suprir tal carência.


Temos de recordar que a proximidade das autarquias dos cidadãos, o conhecimento dos problemas e a participação ativa e democrática dos cidadãos, ajudou a construir um país mais justo e equilibrado mas que com estas políticas está de novo a ser desmantelado e destruído, provocando uma cada vez maior despovoação do interior e empurrando centenas de milhares de portugueses para a emigração.

É neste contexto que a avaliação da prestação das contas referentes a 2013 se coloca, mas são as opções políticas que tudo podem definir. Isto é, ou somos subservientes perante o poder e aplicamos e/ou executamos sob o ponto de vista meramente contabilístico um orçamento que nos é imposto por uma política, ou temos a coragem de politicamente definirmos estratégias de investimento de acordo com as necessidades efetivas do povo e do nosso concelho.

Nós, no Bloco de Esquerda, reconhecemos alguns aspectos positivos nas contas aqui apresentadas, nomeadamente no que diz respeito ao apoio social, ao ensino e até no esforço de redução da dívida da autarquia que tem sido significativo.

Mas mesmo assim, esta última à custa de quê? De um desinvestimento brutal, que a continuar assim vai deixando por cumprir necessidades fundamentais, tais como a reabilitação urbana, de que é exemplo a degradação dos imóveis sociais como o Bairro do Sobreiro, Arroteia entre outros que continuam em acelerada degradação, colocando em causa as condições de habitação destes maiatos, ou e continuando a adiar a necessidade de um aumento do apoio às famílias e particularmente aos idosos.

Como sempre temos afirmado a ação política corresponde a opções e estratégias que coloquem em primeiro lugar a resolução dos problemas das pessoas e o BE não esteve de acordo com as Opções e Plano propostas pelo executivo, isto porque a opção austera por opção do executivo no nosso concelho, naturalmente produzem os mesmos resultados dos que no país todos sentimos. E Isto, os números demonstram-no de forma inequívoca, o relatório de gestão do executivo demonstra com clareza um trabalho de mera gestão corrente e pouco mais.

A APRECIAÇÃO QUE FAÇO SEGUIDAMENTE DEMOSTRA ISSO MESMO.

Assim:

1. As contas da Câmara Municipal da Maia relativas a 2013 confirmam, mais uma vez, a denúncia que ao longo dos tempos vimos fazendo. Os orçamentos elaborados do município têm sido sistematicamente assentes em previsões de receitas completamente irrealistas, constantemente desmentidas pela realidade da execução.
2. Não é para nós nenhuma surpresa apesar de ser cada vez menor, mais uma vez o grau de concretização do orçamentado, foi de apenas 76,5%,

para um orçamento de 73.566.400,00 € o executado foi de apenas 56.266.483,00 €, uma diferença de mais 17 Milhões de euros! Isto é a confirmação de que quando reprovamos o orçamento fizemo-lo com a certeza de que o mesmo apesar de cada vez mais diminuto é mesmo assim irrealista, e mais uma vez tivemos razão.

✓
S
M

3. Recordo aqui números de 2011, referentes à receita de capital prevista, 29.062.951 milhões de euros, o valor efetivamente executado foi de 5.968.641,00€, demonstram um falhanço enorme, apenas 20% do valor previsto e que é recorrente na execução referente a 2012, isto é, para uma receita prevista de 13.925.511,€ o valor efetivamente concretizado foi de apenas 4.268.392€ um grau de concretização de pouco mais de 30%! Em 2013 numa primeira previsão foi de 16.355.273 para no final ser de 9.439.938 € e a execução mesmo assim ser de apenas 1.764.133€! Apenas 18,69% de grau de cumprimento! Estes números refletem bem a difícil situação económica na realidade do nosso concelho. Por isso é inevitável que mudemos de vida e quanto antes! Verifica-se ainda que, no que diz respeito ao orçamento das receitas correntes, as mesmas atingiram um grau de cumprimento de cerca de 94,6%. Aqui é bem mais fácil a previsão, mas mesmo assim, para os previstos 57.337.590€, a execução ficou-se pelos 54.380.650€.
4. Em termos de previsão e planeamento do nosso executivo estamos de facto na média negativa dos anteriores orçamentos e contas. Isto é, a margem de erro está recorrentemente entre os 50 e os 60%. São disso exemplo os números que dizem respeito às despesas de capital que como é óbvio espelha a falta de investimento do município de alguns anos para cá apenas é traduzida na mera gestão corrente e pouco mais...2013 foi mais uma vez um ano para esquecer. Os números são avassaladores dos 27.272.010,€ a execução foi de apenas 16.366,347€! Cerca de 60% do previsto! As receitas próprias do município são um indicador importantíssimo e quanto a essas, a tendência sistemática é de decréscimo significativo! Isto demonstra claramente uma desaceleração constante com consequências no desenvolvimento económico da Maia e é por isso preocupante a acrescida incapacidade do executivo em gerar receitas que permitam o crescimento e o progresso do nosso concelho.
5. Por isso dizemos, se a receita da Câmara continuar a estar fortemente dependente das receitas provenientes dos impostos diretos cobrados aos cidadãos maiatos com foi exemplo no IMI, quando este diminui, (e ainda bem), porque facilitou de algum modo a vida de alguns maiatos, mas também outros como a Derrama! O quadro complica-se e se não houver alternativas de receitas! Com a crise económica e o errado princípio do modo como é aplicada a política de cobrança de derrama, as alternativas são cada vez mais escassas. Acresce a tudo isto o esgotamento das engenharias financeiras através da criação dos fundos imobiliários que levaram à antecipação e a perspetiva de receitas futuras esfumou-se, e assim naturalmente claro o que o princípio que o município seguiu, evidencia cada vez de modo mais claro que foi errada a opção fácil de arrecadação fictícia de receitas que e agora são impossíveis de concretizar! Aliás passaram é a pesar negativamente nos


resultados operacionais do executivo. Daí o recuo cada vez mais evidente na capacidade de investimento da nossa autarquia em claro processo de desaceleração de atividade. Aliás referido pelos técnicos na página (41), quando referem “ a manter-se esta orientação, poderá, no futuro, condicionar a gestão orçamental e a atuação do executivo nas diversas áreas de intervenção municipal” citei.

Claro que referimos como positivo a amortização da dívida da autarquia, mas essa, tem vindo a acontecer à custa do desinvestimento constante na Maia.

6. Naturalmente que a política austera do governo com os sucessivos cortes nos rendimentos das pessoas e o subfinanciamento das autarquias soma cada vez mais degradação na economia local e nos cidadãos da Maia, pelo que os danos poderão vir a ser irreparáveis durante muitos anos se não conseguirmos impor uma alteração de paradigma na atual política. Não será possível melhorar este estado de coisas. A oportunidade está aí, sejamos coerentes e corajosos porque a alternativa é possível e existe!

7. Naturalmente, e compreendendo que no atual quadro de dificuldades a gestão financeira nunca se apresentará com facilidades, temos de afirmar que apesar disso não nos revemos nas opções do atual executivo. Reconhecemos que a Maia deu no passado passos importantes em muitos aspectos, e agora com a diminuição do peso da dívida da autarquia, mas que com consequências evidentes, o forte desinvestimento evidenciado nos últimos anos está a colocar em risco alguns aspectos fundamentais para a vida dos maiatos, dou como exemplo a degradação da habitação social, com particular enfase no Bairro do Sobreiro, a dificuldade de mobilidade entre freguesias por falta de transportes. Estes e outros argumentos motivaram a reprovação das Grandes Opções do Plano, e naturalmente não porque as contas estejam incorretas mas, porque a política é feita de opções e escolhas corajosas e como sempre temos dito, as nossas seriam bem diferentes! Por isso, não poderemos votar favoravelmente esta prestação de contas.

Grupo Parlamentar do BE
Assembleia Municipal

Maia, 30 de Abril de 2014

Silvestre Pereira

António Neto

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal

Exmos. Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Deputados

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Senhor Presidente,

As contas do município referente ao ano de 2013, são bem demonstrativas da crise que a todos afecta bem como da preocupação pelo equilíbrio das finanças do município por parte do executivo.

Ao analisarmos as contas bem como o relatório de gestão referente ao ano de 2013 e tendo como referencia o orçamento respectivo, podemos dizer que a actividade da gestão do município foi, ao contrario do que alguns possam pensar, muito boa e se considerados todos os condicionalismos de ordem económica e financeira, direi mesmo que foi excelente.

Sabemos todos, que nos dias de hoje, é muito difícil e complicado gerir uma câmara municipal, principalmente quando somos confrontados todos os dias com os efeitos de uma crise financeira que acaba por afectar sempre aqueles que, normalmente em nada contribuíram para que ela existisse, mas que acabam por serem eles a pagar a factura dessa mesma crise.

Mas vejamos alguns aspectos que achamos serem relevantes nas contas que nos são apresentadas.

Então vejamos:

O orçamento global para o ano de 2013 foi de 73.566.400,00 milhões de euros.

M
S
A

Das contas agora apresentadas, constatamos que:

Na Receita corrente prevista verificou-se uma diminuição de cerca de 5%, e na Despesa corrente verificou-se igualmente uma diminuição de cerca de 13%.

No que diz respeito ás despesas e receitas de capital constatamos que:

Ao nível da Receita houve uma diminuição de 80%, o que se atendermos que este tipo de receita se enquadra principalmente no sector imobiliário, sector este que continua em forte recessão, dai que tenha havido esta acentuada diminuição na receita de Capital.

Ao nível de Despesa, condicionada como é óbvio pela retracção da receita, a diminuição foi menor, situando-se nos 40%.

Perante estes valores podemos aferir de que a gestão do município foi boa, ou seja, reduziu-se a despesa corrente e conseguiu-se manter um nível de investimento aceitável, tendo em conta os constrangimentos económico-financeiros que todos sabemos e reconhecemos.

Um aspecto que importa realçar, é o de que todo o investimento foi feito através de auto-financiamento, auto-financiamento esse que se obtém fundamentalmente da poupança corrente verificada.

Todos queríamos que os números relativos ao investimento, fossem diferentes, fossem mais expressivos, mas em contrapartida, e numa viagem pelo concelho não notamos tanto a falta de investimento, porque os anteriores executivos tiveram a preocupação de investir, mesmo quando muitos diziam que eram investimentos desnecessários, que eram investimentos faraónicos, e foram feitos em todas as áreas de interesse público, como sendo no desporto, na educação, na cultura, no lazer, no social, no ambiente, na rede viária, e outras áreas, mas que agora permitem aos maiatos usufruírem de coisas que muitos concelhos não têm. Mas, este investimento teve um custo enorme para o Município, mas mais uma vez elogiamos a gestão deste executivo nesta matéria. Em 2008, e só recuamos 5 anos no tempo, a

dívida global do município era de cerca de 89 Milhões de euros e no final de 2013 é de cerca de 46 Milhões de Euros. Se nós fizéssemos o que alguns políticos portugueses disseram para se fazer, ou seja, não pagar, teríamos tido a capacidade de gerar uma poupança corrente para investir nos últimos 5 anos, para alem, do que foi investido, cerca de mais 43 Milhões de Euros.

Quanto ao endividamento do Município, queremos realçar o esforço continuado e efectivo que o executivo tem levado a cabo na diminuição da dívida do município.

Poderíamos analisar muito mais ao pormenor os valores que compõem quer a despesa quer a receita, mas pensamos que o que importa realçar e relevar são os valores globais, porque são esses que nos podem fornecer os indicadores de uma boa ou má prática de gestão e por este valores só podemos afirmar que o município pratica e tem uma óptima gestão dos seus recursos económicos e financeiros.

É evidente que continuaremos a ouvir dizer que a gestão deste executivo, e dos anteriores, é um desastre, que na Maia falta isto que na Maia falta aquilo, mas o que nós vemos é que o que existe na Maia não existe em muitos municípios que nos rodeiam.

Para finalizar, Senhor Presidente, queremos referir que, do nosso ponto de vista, a gestão do município foi excelente e que por isso merece, sem qualquer reparo, a nossa aprovação, e manifestar ao Senhor Presidente da Câmara o nosso apreço e o nosso apoio pela forma rigorosa e ponderada em como tem gerido a Maia, para que no futuro o equilíbrio e a sustentabilidade das finanças do município sejam uma realidade.

Por tudo isto vamos votar favoravelmente este documento.

Maia, 30/ABR/2013
(Cândido Graça)
(Coligação “ Sempre pela Maia ”)

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**3.3 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2013 da
Câmara Municipal da Maia**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

A posição da CDU neste ponto da ordem de trabalhos será consequente com os princípios do nosso programa eleitoral, que aponta como prioritário para a Maia um rumo político que tenha como principal preocupação a intervenção social, nomeadamente no que à acção social e à habitação diz respeito. Foi esta a nossa pedra de toque nas últimas eleições como tinha sido também nos tempos que as precederam, sobretudo quando se tornava evidente que as opções políticas nacionais empurravam o país para a pobreza, como infelizmente se tem verificado.

Relativamente à habitação social, nesta mesma sessão da Assembleia Municipal trouxemos já problemas graves que continuam por solucionar e que deveriam merecer da parte do poder autárquico a máxima preocupação. São questões prioritárias, que se agravam a cada dia que passa, e que a gestão municipal não foi capaz de resolver.

O panorama geral da gestão autárquica do ano que passou apresenta um município cada vez mais amarrado a dificuldades próprias de quem conta com cada vez menos recursos. Já o dissemos e repetimos diversas vezes: não é um problema da Maia, mas é seguramente um problema que deveria merecer da Câmara Municipal da Maia, como de muitas outras, repúdio e combate. Tal não acontece.

Pelo contrário, é evidente no discurso político uma postura de resignação face à situação, o que, no nosso ponto de vista, é prejudicial para a Maia e os maiatos, é até pernicioso na medida em que salvaguarda um rumo político nacional desastroso para o poder local, desastre esse cuja amplitude é conhecida pelo executivo municipal, mas que, não obstante, pouco mais merece do que uma beata resignação.

Diz a Prestação de Contas Individuais na sua introdução que "cada vez mais se torna crucial que os municípios consigam ganhos de eficiência para que a sua sustentabilidade económica não seja ameaçada." Ora, esta frase é em si mesma todo um tratado. Reflecte uma orientação ideológica, orientação central no rumo político para que empurram o país, que objectivamente está errada. Afirmar que a sustentabilidade económica depende de ganhos de eficiência, elevar esta dimensão da gestão a um lugar de centralidade no seu sucesso, é afirmar um acto de fé, em nada diferente de afirmar que a terra é plana ou que está no centro do universo.

A sustentabilidade económica, em termos gerais, depende fundamentalmente da capacidade de criação de riqueza, da sua justa distribuição e do amplo acesso das pessoas à mesma, bem como de todos os factores que para isso contribuem: demográficos,

laborais, políticos, legais, etc. Digamos que os ganhos de eficiência traduzem a qualidade e a competência com que todos esses factores são, desde logo interpretados pelos agentes políticos e económicos, com relevância para os primeiros, e, a jusante, como em conformidade com os mesmos são tomadas decisões e como estas são levadas à prática. Tudo o mais são mantras pseuso-eruditos sem qualquer valor intrínseco.

A Câmara Municipal não é um agente criador de riqueza em si mesmo, mas depende directamente da dinâmica económica da sociedade, pelo que não pode deixar-se ficar ao lado das discussões que efectivamente interessam, nomeadamente no modo como o financiamento das autarquias é realizado, ou como desastrosas opções políticas do governo central se traduzem na diminuição dos valores brutos dos impostos que os municípios recebem. Mas certamente não será este executivo que terá tal postura, para grande mal da Maia e suas gentes.

A CDU votará contra este relatório de gestão, plasmando nesse voto as suas prioridades políticas, pela quais fomos eleitos, e que não se reflectem nas orientações da maioria PSD-CDS que governa o município, e sublinha esse mesmo voto pela cunivência desta Câmara Municipal com o rumo político nacional que está na origem de parte dos problemas diagnosticados neste documento.

Maia, 30 de Abril de 2014

Os deputados municipais da Coligação Democrática Unitária